|  |
| --- |
| **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2021/SEMA/MT****LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA** |
| **TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL****PROCESSO Nº 102629/2021** |
|

|  |
| --- |
| Regido pelo [Decreto Estadual nº 840/2017](https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=337228), [Lei Federal nº 10.520/2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm), [Lei Complementar Federal nº 123/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm), [Lei Estadual nº 10.442/2016](https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=329427), [Lei Complementar Estadual nº 605/2018](https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=366963), com aplicação subsidiária da [Lei Federal nº 8.666/1993](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm) e suas alterações. |

 |
| **OBJETO:** | **Contratação de empresa especializada na locação de veículo tipo Caminhonete, para atender as necessidades da SEMA/MT, especialmente em operações de combate a infrações e crimes ambientais contra a flora no Estado de Mato Grosso.** |
| **UNIDADE DEMANDANTE** | **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF - SEMA MT** |
| **DATA: 17/05/2021** | **Horário: 14h00min (HORÁRIO LOCAL)** |
| **ENDEREÇO PARA RETIRADA DO EDITAL:** |

|  |
| --- |
| O Edital completo poderá ser retirado no *site* <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>, bem como estará disponível para consulta no SEMA-MT – Coordenadoria de Aquisições e Contratos – Rua C, Palácio Paiaguás, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso, de segunda a sexta-feira no horário de expediente.  |

 |
| **LOCAL:** |

|  |
| --- |
| O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, no aplicativo **"Portal de Aquisições”**, constante da página eletrônica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – <https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/>; |

 |
| Pregoeiro(a) e telefones de contato: | Sr(a). **BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA**.*E-mail* 🖃: licitacao1@sema.mt.gov.brTelefone 🕿: (65) 3613-7308Suporte SIAG 🕿: (65) 3613-3606/3718 |
|  |  |

**INDICE**

[1. PREÂMBULO 2](#_Toc69202251)

[2. DO OBJETO 3](#_Toc69202252)

[3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS 3](#_Toc69202253)

[4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO 4](#_Toc69202254)

[5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 5](#_Toc69202255)

[6. DO CREDENCIAMENTO 6](#_Toc69202256)

[7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS 7](#_Toc69202257)

[8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS 9](#_Toc69202258)

[9. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 12](#_Toc69202259)

[10. DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS POR EMAIL 12](#_Toc69202260)

[11. DA HABILITAÇÃO 13](#_Toc69202261)

[12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO 19](#_Toc69202262)

[13. DOS RECURSOS 20](#_Toc69202263)

[14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 21](#_Toc69202264)

[15. DO CONTRATO 22](#_Toc69202265)

[16. DO PAGAMENTO 25](#_Toc69202266)

[17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 26](#_Toc69202267)

[18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 31](#_Toc69202268)

[19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 31](#_Toc69202269)

[ANEXO I - FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA 34](#_Toc69202270)

[ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO 38](#_Toc69202271)

[ANEXO III-MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP 39](#_Toc69202272)

[ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA 40](#_Toc69202273)

[ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA 63](#_Toc69202274)

[DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO 63](#_Toc69202275)

[ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO 64](#_Toc69202276)

|  |
| --- |
| 1. PREÂMBULO |

**O ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela, e competências atribuídas na Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo - CPA, neste ato representado por seu **ORDENADOR DE DESPESAS,** designado pela Portaria nº 002, publicada no D.O.E. do dia 04 de janeiro de 2019, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO,** conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02, n.º 8.666/93, e com os Decretos Estaduais n.º 840/2017 e n.º 7.218/06.

**A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA** por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir **do dia 04 de maio de 2021 até às 13h30min do dia 17 de maio de 2021.** A abertura das propostas será realizada às **14h00min do dia 17 de maio de 2021,** tendo **como referência o horário de Cuiabá-MT**. A licitação será regida pelas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelo Decreto nº 840/2017 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo de licitações da SEPLAG, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEPLAG – https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#.

|  |
| --- |
| 2. DO OBJETO |

**2.1.** A presente licitação tem por objeto **Contratação de empresa especializada na locação de veículo tipo Caminhonete, para atender as necessidades da SEMA/MT, especialmente em operações de combate a infrações e crimes ambientais contra a flora no Estado de Mato Grosso, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que faz parte integrante deste Edital.

|  |
| --- |
| 3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS |

**3.1**. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página do SIAG – [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/), onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”.

**3.2.** As empresas que desejarem participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverão obrigatoriamente CADASTRAR-SE gratuitamente na plataforma eletrônica**:** [**https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#**](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/)no campo FORNECEDOR, momento em que o representante da empresa deverá escolher login e senha, pessoal e intransferível. **Obs.: Esse cadastro não substitui os documentos de habilitação solicitados no item 10 deste edital.**

**3.2.1. Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisições governamentais – SIAG sua proposta de preços.**

**3.2.2.** Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**3.3.** Até a data e horário previstos no **preâmbulo** os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

**3.4.** O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) .

**3.5.** Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) , após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesso ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”. **Em caso de dúvidas ligar para o “Help Desk” – Fone:** (65) 3613-3606.

**3.6.** A participação de licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

**3.7.** A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrado pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto Estadual n. 840/2017**.

**3.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**3.9.** A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) , no link “Portal de Aquisições no menu Fornecedores – “Área do Licitante”, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) e no menu “Aquisições” clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

|  |
| --- |
| 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO |

**4.1.** A Sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

**4.2.** Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

**4.2.1.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

I - Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

II - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

III - empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o órgão ou entidade promotora da licitação;

IV - Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico;

V – que não se enquadrem como ME ou EPP, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar 147/2014, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar;

VI - Estrangeiras que não funcionem no País;

VII - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma e constituição, nos termos do artigo 9 da Lei 8.666/93;

VIII- Para a participação de Cooperativas em processos licitatórios afins à prestação de serviços, quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, **houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade**, esta deverá apresentar um modelo de gestão operacional, de acordo com o que prescreve o artigo 4º da IN 05/2017.

**4.3.** **A participação no certame como microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI)**, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, **configura fraude ao certame**, sujeitando a mesma à **aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

**4.4.** **A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.**

**4.5**. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

**4.6. Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.**

|  |
| --- |
| 5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL |

**5.1.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante **endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br)** ou protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

**5.1.1.** As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas com **assinatura, endereço, razão social, nº. do processo, nº. do pregão e telefone para contato.**

**5.2.** Decairá do direito de pedir esclarecimentos a respeito do processo licitatório os termos deste Edital aquele que não o fizer em **até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 25 do Decreto Estadual 840/2017.

**5.3.** Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

**5.4.** Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

|  |
| --- |
| 6. DO CREDENCIAMENTO |

**6.1.** A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site [https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) sendo acessado pelo link “FORNECEDOR” => Acesso ao sistema”, localizado no menu lateral esquerdo do portal, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado, informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

**6.1.1.** Caso a licitante ainda não possua login e senha, poderá providenciar o cadastro acessando o menu superior do Sistema de Aquisições “FORNECEDORES” => Informações e Serviços aos Fornecedores => Cadastro. Os procedimentos para o cadastro estão disponibilizados para download através do arquivo denominado “COMO CRIAR LOGIN E SENHA”.

**6.1.1.1**. As licitantes ou os seus representantes legais terão o prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão para estar previamente cadastradas junto ao órgão provedor.

**6.1.2.** O cadastro deverá ser realizado com a utilização CNPJ da empresa que participará do certame, não sendo permitido o uso do CPF do representante legal da licitante.

**6.2.** Ao acessar o sistema, a licitante deverá:

a) Localizar o Pregão de interesse, acessando a opção **“PREGÕES” – “LANÇAR PROPOSTA**”, no menu lateral esquerdo do portal;

b) Após localizar o Pregão pelo número do Edital ou número do Processo Administrativo, clicar em visualizar;

c) Em seguida, deverá optar pela declaração de enquadramento ou não, de microempresa ou empresa de pequeno porte:

c1) A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º.

**6.3.** O login e a senha criados pela licitante poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico administrado por esta Superintendência de Aquisições Governamentais.

**6.4.** É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para lotes distintos.

**6.5.** A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º, **deverá declarar, no ato do seu credenciamento, em campo próprio do sistema eletrônico**, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar. **A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa de exercer o seu direito.**

**6.6.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a **SEMA** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.7.** A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**6.8.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**6.9.** Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3616, dúvidas pertinentes a: login, senhas e lançamentos de propostas devem ser reportados ao suporte do SIAG pelo fone (65)3613-3606.

|  |
| --- |
| 7. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS |

**7.1**. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá **PREENCHER sua proposta de preços no sistema** com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**7.1.1.** Após salvar a Proposta Eletrônica de Preços, o Licitante **deverá** clicar em “**ANEXO DA PROPOSTA**” para fins de **anexar e enviar** a **PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA**, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.**

**7.1.1.1 A inclusão dos documentos solicitados na proposta de preços, devem ser anexados ao sistema até 30 (trinta) minutos antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site** [**https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/#**](https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/) **e no menu “Aquisições” clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.**



**7.1.2.** O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão ou entidade promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT.

**7.2. Na Proposta** serão consignados:

**a)** Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal, ou no caso de pessoa física, CPF, e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;

**b)** Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;

**c)** Valor total do lote também deverá estar expresso por extenso;

**d)** Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expresso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;

**e).** Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;

**f)** Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o produto, inclusive sua marca e modelo;

**g)** Prazo mínimo de validade da proposta **90 (noventa) dias**, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;

**h)** Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

**7.3.** A proponente deverá apresentar proposta da totalidade do lote.

**7.4.** Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

**7.5.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.**

**7.6.** O (a) Pregoeiro (a) poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

**7.7.** Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**7.8.** O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**7.8.1.** O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.9.** Os licitantes convocados pelo Sr. (a) Pregoeiro (a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

**7.10.** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**7.11.** Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

**7.12.** O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

|  |
| --- |
| 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS |

**8.1.** Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

**8.2.** A partir do horário previsto no edital terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas.

**8.3.** As propostas de Preços deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de serviços detalhadas, sob pena de desclassificação, sendo acolhidas as propostas que estiverem em conformidade com o Edital.

**8.4.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos:

a) o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado;

b) não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

c) durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**8.5.** Não serão aceitas cotações com valores unitários com mais de duas casas decimais. Caso ocorra, o valor deverá ser arredondado para menor.

**8.6.** A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor. O lance vencedor será identificado pela cor verde.

**8.7.** Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

**8.8.** Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

**8.8.1.** Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.

**8.9.** O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

**8.10** Por iniciativa do (a) Pregoeiro (a), o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) que ficará caracterizado no sistema pela palavra **DOU-LHE 1, DOU-LHE 2, DOU-LHE 3 e logo em seguida a mensagem “inicio do tempo randômico”**, findado este tempo, estará automaticamente encerrada a recepção de lances. O tempo randômico vai de 0 (zero) até 30 (trinta) minutos, nesta fase o sistema poderá encerrar a disputa a qualquer momento desse intervalo, sem a possibilidade de intervenção do Pregoeiro (a) respeitando o limite máximo.

**8.11.** O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

**8.12.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

**8.13.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.14.** O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**8.15.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

**8.16.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**8.16.1** Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.17.** A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

**8.18.** Em face da impossibilidade de determinação da finalização do tempo aleatório/randômico recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance antes de seu acionamento, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

**8.19.** No caso de o (a) pregoeiro (a) perder a conexão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.20.** Quando a desconexão do (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do Sistema de Aquisições Governamentais no mesmo local de disponibilização do Edital. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

**8.20.1.** Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) poderá caso entenda necessário realizar COMUNICADO por meio de Aviso no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.

**8.21. A proposta realinhada, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, contado a partir da finalização da sessão.**

**8.22.** A proposta realinhada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

|  |
| --- |
| 9. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS |

**9.1.** As microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverão solicitar o tratamento diferenciado declarado no Ato do Credenciamento, e no momento da Habilitação comprovar a situação.

**9.1.1.** A não apresentação dos documentos mencionados no **item 9.1** configurará a renúncia aos benefícios da citada legislação.

**9.2.** Após a fase de lances se configurará “empate ficto” quando houver proposta de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que seja igual ou até 5% (cinco) por cento superior a menor proposta de uma empresa comum.

**9.3.** A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, se atentados as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

**9.4.** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, decairá o direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

**9.4.1.** Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no **item 9.2**, estas serão convocadas, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

**9.5.** Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no **item 9.3**, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

**9.6. Para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado as microempresas e Empresas de Pequeno Porte** **o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

**9.7.** A não regularização de documentação no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito de contratação sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.

|  |
| --- |
| 10. DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS POR EMAIL |

**10.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação no sistema, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para os lotes que sagrar-se vencedora, **PROPOSTA DE PREÇO E PLANILHAS REALINHADAS** ao menor lance, elaborada de acordo com as especificações do Anexo I, bem como **os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** constantes na seção 10 deste Edital.

**10.1.1.** Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados **no prazo máximo de 01 (uma) hora**, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a) através do sistema eletrônico, para o e-mail: **licitacao1@sema.mt.gov.br**, em arquivo (s) de até 8mb (oito megabytes), cabendo-lhe a inabilitação pelo não atendimento.

**10.1.1.1.** Caso a licitante seja vencedora de mais de um lote, os documentos de habilitação serão encaminhados somente uma vez.

**10.1.2.** O (A) pregoeiro (a) **abrirá o e-mail contendo os documentos de habilitação,** encaminhado pela licitante classificada em primeiro lugar **após o prazo constante no item 10.1.1 e os disponibilizará** no Sistema de Informações para Aquisições – SIAG, na área pública, junto ao Edital, para análise e apreciação das demais licitantes.

**10.1.3.** O (A) pregoeiro (a) poderá habilitar mais de 01 (uma) licitante por lote, desde que devidamente classificada na etapa de lances, mantendo a ordem classificatória do menor lance vencedor em diante, na forma do artigo 36, do Decreto Estadual nº 840 de 10 de fevereiro de 2017.

**10.1.3.1**. Será julgada inabilitada a licitante classificada que não atender à convocação em sessão para envio dos documentos de habilitação.

**10.2.** O (a) pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada ao menor lance, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para licitação.

**10.3.** Se os documentos não atenderem às exigências habilitatórias, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

**10.4.** Após a negociação, havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o (a) pregoeiro (a) irá avaliar as condições de habilitação da licitante, de acordo com os documentos enviados por e-mail**, ficando condicionada a habilitação definitiva da licitante à apresentação dos documentos originais que deverão ser enviados/postados via correios ou entregues pessoalmente na Gerência de Gestão de Aquisições- Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Cuiabá-MT.**

**10.5.** Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, ou por seu representante legal, desde que detenha tais poderes expressos em instrumento de mandato, sob pena de desclassificação do certame.

|  |
| --- |
| 11. DA HABILITAÇÃO |

**11.1.** Encerrada a etapa de lance, o (a) pregoeiro (a) avaliará a necessidade de suspender a sessão para análise da documentação de habilitação. Havendo necessidade, será remarcada na própria sessão de licitação ou publicada em Diário Oficial do Estado e no Sistema de Informação para Aquisições Governamentais –SIAG, a futura data de reabertura da sessão para divulgação do resultado da fase de habilitação e prosseguimento do processo licitatório.

**11.2.** Os documentos de habilitação que deverão ser **apresentados no prazo constante no item 10.1.1,** são os seguintes:

**11.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; (Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva).

**c)** Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

**d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

**b)** Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

**c)** Certidão Conjunta de Pendências Tributárias e não Tributária junto à SEFAZ e à PGE do Estado de Mato Grosso,onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;

**d)** Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

**e)** Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), podendo ser retirada no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**11.2.2.1.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas, nos termos da lei de regência, para fins de comprovações fiscais e trabalhistas.

**11.2.2.2.** Será assegurado o benefício previsto no § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006.

**11.2.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a). Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.2) Empresas regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou

- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.3) Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA), Empresa Individual, EIRELI, Sociedades Simples:

- Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, extraído do Livro Diário com o Termo de abertura e encerramento com o “Termo de Autenticação” da Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da licitante; ou

- Cópia do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício – DRE registrado na Junta Comercial, ou do Cartório, quando for o caso, da sede ou domicílio da licitante.

a.4) Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- Apresentar o Balanço Patrimonial conforme item a.2.

a.5) Empresas criadas no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes.

a.6) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados por administrador da empresa e por Contador legalmente habilitado.

a.7). Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007,regulamentado através da IN nº 1420/2013 da RFB e alterações, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na seguinte forma:

I. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped, nos termos do decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

**b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):**

**Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo**

**LG = --------------------------------------------------------------------**

**Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

**Ativo Total**

**SG = -------------------------------------------------------------------**

**Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

**Ativo Circulante**

**LC = -------------------------------------------------------------------**

**Passivo Circulante**

b. 1) Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa.

c) As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverão comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total de sua proposta de preço (após a fase de lance), conforme o artigo 31, §§ 2° e 3°, da Lei nº 8.666/1993, sob pena inabilitação;

d) Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou extrajudicial em plena validade, no CNPJ da matriz, expedida pelo distribuidor da sede da mesma.

d.1). Caso a certidão acima mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 2005, e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1.993.

**11.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**a)** A licitante deverá apresentar **atestado(s)** de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) que a mesma tenha prestado serviço pertinente e compatível com o objeto da Licitação, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta Licitação, demonstrando que a licitante presta ou prestou serviços de locação de veículos, com, no mínimo**, 30% (trinta por cento)** do total previsto para cada lote que vier a participar do certame;

**a1)** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**a2)** Os atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

**a3)** Os atestados tanto emitidos por pessoa jurídica de direito privado como publico, deverão trazer devidamente identificado o seu subscritor (**nome, cargo, CPF ou matrícula**), o Pregoeiro poderá efetuar diligência para constatar a veracidade das informações prestadas;

**a4)** Não será conhecido e nem considerado válido o atestado de capacidade técnica emitida por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

**b)** O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável, bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

**11.2.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**a)** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666/93 **(Anexo II).**

**b)** Declaração que não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

**c)** Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

**d)** Requerimento de benefício de ME-EPP.(Conforme modelo- **Anexo III**);

**e)** Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o Poder Público. (Conforme modelo- **Anexo V**);

**f)** Certidão de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;

**g).** Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar **Comprovante de opção pelo SIMPLES** obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

**11.3** Os licitantes inscritos no **Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso** poderão apresentar o respectivo **Certificado de Inscrição e a Certidão de índices de qualificação econômico-financeira**, em plena validade e devidamente atualizados, em substituição aos documentos relativos à **habilitação jurídica** **(item 11.2.1), regularidade fiscal e trabalhista (item 11.2.2) e qualificação econômico-financeira (item 11.2.3).**

**11.4.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

**a)** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

**b)**. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**c)**. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**d).** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

**11.5.** Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, **terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua emissão.

**11.5.1** Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**11.6.** Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**11.7.** Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

**11.8.** Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

**11.9.** O (A) pregoeiro (a) poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36 do Decreto Estadual nº 840/2017.

**11.10.** Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

|  |
| --- |
| 12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO |

**12.1.** **A PROPOSTA DE PREÇO E PLANILHAS REALINHADAS**, conjuntamente com os **DOCUMENTOS ARROLADOS** do edital e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, já enviados por e-mail nos termos da seção 10 deste edital, deverão ser encaminhadas **ORIGINAIS/CÓPIAS AUTENTICADAS,** pela licitante vencedora, em prazo não superior a  **02 (dois) dias úteis**, contado da convocação do(a) pregoeiro(a), conforme a exigência contida no Art. 45 c/c o Art. 39 do Decreto Estadual nº 840/2017, para o seguinte endereço, Secretaria de Estado de Meio Ambiente GERÊNCIA DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES - Centro Político Administrativo- Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso.

**12.1.1**. O envelope com as **cópias autenticadas** dos Documentos de Habilitação deverá ter expresso, em seu exterior as seguintes informações:

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE- GERÊNCIA DE PROCESSOS DE AQUISIÇÕES- PREGÃO ELETRONICO Nº \_\_ LOTE Nº \_\_\_ RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE.**

**12.2.** Se a licitante não apresentar proposta atualizada e documentos de habilitação em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis, deverá o pregoeiro **inabilitá-la** e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**12.2.1**. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

**12.3.** A Administração não se responsabilizará por envelopes/pacotes postados pelos correios, que não sejam entregues à Equipe de Pregão definida neste Edital;

**12.3.1**. Após postagem pelos correios enviar via e-mail o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido em Edital.

**12.4.** Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço, atender aos requisitos das propostas, e cumprir todos os requisitos de habilitação.

|  |
| --- |
| 13. DOS RECURSOS |

**13.1.** O licitante poderá, ao final da sessão de habilitação e **no prazo de até 15 (quinze) minutos**, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, os quais serão registrados na ata da sessão pública.

**13.1.1.** O (A) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

I - Recusá-lo, se for relativo a decisões e atos anteriores à sessão ou absolutamente impertinentes;

II - Rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

III - Aceitar o recurso, para que decida sobre o mesmo após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

**13.1.2.** O recorrente poderá apresentar razões recursais escritas, com a fundamentação de fato e de direito que entender cabíveis, restritas ao motivo apontado na sessão, no **prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão**.

**13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

**13.3.** Imediatamente após o fim do prazo para a apresentação das razões recursais escritas, os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões escritas, também no prazo de 03 (três) dias úteis e independente de intimação.

**13.4.** Havendo recurso contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

**13.5.** As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser enviadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato), para o endereço eletrônico: licitacao1@sema.mt.gov.br ou encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito Centro Político e Administrativo- Palácio Paiaguás, Rua C, CEP: 78.049-913 - Cuiabá - Mato Grosso, respeitando os prazos previstos nos itens 13.1.2. desta seção.

**13.5.1.** Após postagem pelos correios, enviar via e-mail o comprovante de postagem para comprovação de cumprimento do prazo estabelecido neste Edital.

**13.6. Não** serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

**13.6.1.** **Não** serão aceitas razões e contrarrazões recursais enviadas de forma não prevista no edital ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou assinada por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente ou recorrida.

**13.7.** As alegações, pedidos e provas apresentadas nas razões e contrarrazões escritas do recurso devem ser restritas aos motivos apontados na interposição do recurso, durante a sessão, assim como o Pregoeiro e a autoridade competente tem obrigação de considerar apenas o que for relacionado àquele motivo, ressalvadas as irregularidades e ilegalidades que devem ser conhecidas de ofício e podem levar à anulação dos atos praticados.

**13.8.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.9.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

**13.10.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

|  |
| --- |
| 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO |

**14.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro (a), exceto se:

**I** – Houver recurso;

**II** – Havendo apenas uma proposta de preços por item ou lote, o pregoeiro deverá conduzir a sessão até o seu final, podendo adjudicar o objeto ou submeter à autoridade competente para a adjudicação e homologação.

**III** – o valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.

**14.2.** Nas hipóteses dos incisos II e III do item **14.1**, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

**14.3.** Em havendo recurso, a autoridade competente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, realizará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, homologando o processo licitatório.

**14.4.** Não havendo interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a homologação do procedimento licitatório.

**14.5** A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

**14.6**. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados do encerramento da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

**14.7**. Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **02 (dois) dias úteis** poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**14.7.1**. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

|  |
| --- |
| 15. DO CONTRATO |

**15.1**. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o adjudicatário terá o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme minuta do **Anexo VI**. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

**15.1.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Contratante poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito igualmente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**15.2** Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**15.3** A vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato**.

**15.4** Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e rescisão contratual.

**15.5.** Quando, no ato da assinatura do contrato, o proponente vencedor da licitação não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, será convocado outro licitante habilitado, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.6**. Se o licitante vencedor se recusar a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicado a regra estabelecida no parágrafo anterior.

**15.7. Execução do contrato:**

**15.8.** O contrato deverá ser executado de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência nº 014/CEGF/SUF/2021, bem como na minuta de contrato.

**15.9. DA METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO:**

**15.9.1. DO PRAZO E HORÁRIOS**

**15.9.1.2.** Os serviços deverão ser iniciados em até **20 (vinte) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

**15.9.1.3.** Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao fiscal do contrato, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

**15.9.1.4.**  Os veículos deverão ser entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08h:00 às 12h:00 horas e das 14h:00 às 17h:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento da Contratante, que será estipulado na Ordem de Serviço.

**15.10. DO MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS**

**15.10.1.** Visando à necessidade de proporcionar segurança através do monitoramento on-line, aos motoristas e passageiros que utilizam os veículos e ainda reduzir os custos de utilização dos veículos através de levantamentos imediatos proporcionados pelo sistema de B.I., integrado ao sistema de monitoramento, verificando também o cumprimento das normas de utilização dos veículos determinadas pela CONTRATANTE, se faz imprescindível que todos os veículos quando disponibilizados pela CONTRATADA, estejam equipados com Serviço de monitoramento por GPS/GSM/GPRS e gestão por Sistema de B.I. (BUSINESS INTELIGENCE).

**15.11. Condições para recebimento (Provisório/Definitivo):**

**15.11.1.** Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até **5 dias úteis** para a correção e será feito novo recebimento provisório;
Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de **até 10 dias**.

**15.12.** Pela inexecução total ou parcial do avençado através da ordem de fornecimento, com a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções da cláusula décima terceira do contrato.

**15.13.** Demais obrigações constantes na Minuta de Contrato (ANEXO VI) bem como no Termo de Referência (ANEXO IV), e outras, conforme legislação vigente.

**15.14. Das Garantias:**

**15.14.1** Toda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.

**15.14.2.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**15.15. A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO, acrescido de 3 (três) meses.**

* 1. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
		1. Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
		2. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
		3. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
		4. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
		5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica, com correção monetária, em favor do Estado de Mato Grosso / Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA MT, Agência: 3834-2, Conta Corrente: 1042527-6 – Banco do Brasil.
		6. A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada e juntado ao contrato.
		7. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
		8. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia.
		9. O bloqueio efetuado com base no item **15.16.4,** desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.
		10. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no itemdesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
		11. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.
		12. O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.
		13. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.
		14. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
		15. Será considerada extinta a garantia:
1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
2. Com á extinção do Contrato.

**15.16.12.** Caberá à própria CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens

15.16.4, desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CONTRATANTE.

* + 1. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, se for o caso, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.
		2. Contratual (Facultativa): Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.

|  |
| --- |
| 16. DO PAGAMENTO |

**16.1.** O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA**, mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, na data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como, em conformidade com o Decreto Estadual nº. 8.199/2006 e o Decreto Estadual nº. 840/2017.

**16.2.** Junto com as Notas Fiscais a CONTRATADA deverá **obrigatoriamente apresentar,** sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento:

**a)** Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

**b)** Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br), para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;

**c)** Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

**c.1)** Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c” e “d”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

**d)** Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

**e)** Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site:

[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), podendo ser retirada no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

**16.3**. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

**16.4.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**16.5.** As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e protocoladas na Gerência de Protocolo da CONTRATANTE, com todos os documentos necessários para pagamento, indicando a **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF** como setor de destino e como interessada a própria CONTRATADA, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato;

**16.6.** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao produto, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

**16.7.** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

|  |
| --- |
| 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS |

**(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 c/c Artigo 114 do Decreto nº 840/2017 e Artigos 86, 87, 88 e 93 da Lei nº 8.666/93).**

**17.17.1.** A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal n° 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

**17.17.1.1**. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;

**17.17.1.2**. Multas conforme graduação prevista no item 15.17.2.;

**17.17.1.3.** Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a CONTRATADA e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

b) Não mantiver a proposta;

c) Falhar gravemente na execução do contrato;

d) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

e) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Cometer fraude fiscal;

h) Fizer declaração falsa;

i) Fraudar na execução do contrato.

**17.17.1.3.1.** O retardamento da execução previsto na alínea “a”, estará configurado quando a CONTRATADA:

**a)** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da sua assinatura.

**b)** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 02 (dois) dias seguidos ou por 06 (seis) dias intercalados.

**17.17.1.3.2.** A falha na execução do contrato prevista na alínea “c” estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 2.

**17.17.1.3.3.** O comportamento previsto na alínea “f” estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**17.17.1.4**. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**17.17.2.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 1**

**GRAU      CORRESPONDÊNCIA**

1              R$ 300,00

2              R$ 500,00

3              R$ 700,00

4              R$ 900,00

5              R$ 2.000,00

6              R$ 5.000,00

Tabela 2

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** | **INCIDÊNCIA** |
| 1 | Manter veículo fora das especificações contratuais. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 2 | Manter veículo sem a devida manutenção preventiva ou corretiva para a execução dos serviços. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 3 | Atrasar o início, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 6 | Por veículo e por dia |
| 4 | Utilizar as dependências da **CONTRATANTE** para fins diversos do objeto do contrato. | 4 |  Por ocorrência |
| 5 | Manter veículos que atingirem mais de 120000 (centro e vinte) mil quilômetros | 4 | Por veículo e por dia |
| 6 | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCAL DO CONTRATO, sem motivo justificado. | 5 | Por ocorrência |
| 7 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. | 6 | Por ocorrência |
| Para os itens a seguir, **deixar de**: |
| 8 | Manter a documentação de habilitação atualizada. | 1 | Por item e por ocorrência |
| 9 | Manter regularizada a documentação do veículo, e disponibilizar a correspondente documentação comprobatória. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 10 | Efetuar as recargas dos extintores de incêndio quando necessário, e manter dentro do prazo de validade. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 11 | Disponibilizar os veículos quando solicitado pelo fiscal do contrato, nas quantidades contratualmente estabelecidas. | 4 | Por veículo e por dia |
| 12 | Disponibilizar os veículos com seguro, conforme contrato ou não apresentar comprovação de apólice de seguro para efeitos de ressarcimento em caso de avarias nos veículos ou indenizações. | 4 | Por veículo e por dia |
| 13 | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo Fiscal do Contrato. | 1 | Por ocorrência e por hora |
| 14 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do Fiscal do Contrato. | 2 | Por ocorrência |
| 15 | Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança; | 4 | Por ocorrência. |
| 16 | Manter garagem e instalações/escritório, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato. | 1 | Por ocorrência e por dia |
| PARA O ITEM A SEGUIR, **APRESENTAR**: |
| 17 | Condutas não previstas nos itens da tabela 3, mas que reflitam descumprimento contratual. | 5 | Por ocorrência e por dia |

**17.17.3**. Caso a CONTRATADA apresente as condutas previstas na Tabela 2, reiteradas vezes, poderá ser aplicada a sanção de multa até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 12.1.3 conforme discricionariedade do Ordenador de Despesas da CONTRATANTE;

**17.17.4.** Nos casos de aplicação de sanção de multa prevista no item anterior, será deduzido do valor da mesma, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 12.2 Tabela 1, para que a CONTRATADA não seja penalizada em duplicidade.

**17.17.5**. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

**17.17.6.** Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento ou complementação da multa;

**17.17.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa;

**17.17.8.** As multas previstas nesta Seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causas ao CONTRATANTE;

**17.17.9.** Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

**17.17.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.17.11.** A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e/ou danos causados à Administração.

**17.17.12.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**17.17.13.** O licitante queimpedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

|  |
| --- |
| 18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA |

**18.1**. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

**Programa: 393** - Promoção da conservação ambiental para melhoria da qualidade de vida.

**Função:** 18 - GESTÃO AMBIENTAL

**Unidade Orçamentária:** 27.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
**Subfunção:** 542 - CONTROLE AMBIENTAL

**Ação:** 2121 - Redução de incêndios florestais e 4319 - Realização de Fiscalização Ambiental

**Subação:** Do 2121 -Subação: 1 - Prevenção, controle e combate e responsabilização para os incêndios florestais. e Do 4319 Subação: 1 - Fiscalização de Flora

**Etapa/Medida/Tarefa:** Do 2121 1 - Estabelecer um programa de preparação para tornar os 20 municípios resilientes ao fogo e Do 4319 1 - Fiscalizar desmatamento, queimadas, produtos e sub produtos florestais e unidades de conservação.

|  |
| --- |
| **Informações financeiras:** |
|

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Projeto/Atividade/Ação** | **Fonte** | **Região** | **Classificação da Despesa** | **Valor(R$)** |
| **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2121 | 395 | 9900 | 3.3.90.39.037 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4319 | 395 | 9900 | 3.3.90.39.037 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total Geral** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

 |

**18.2.** As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

|  |
| --- |
| 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |

**19.1**. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**19.2.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**19.2.1.** A anulação do procedimento induz a do contrato/da ordem de serviço/fornecimento.

**19.2.2.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato/ordem de serviço/fornecimento.

**19.3.** A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1° da lei n° 8.666/93.

**19.4.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.5** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**19.6**. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 17** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

**19.7.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**19.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

**19.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**19.10.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato/ordem de serviço/fornecimento.

**19.11.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

**19.12.** Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, ou ainda por meio do endereço eletrônico **licitacao1@sema.mt.gov.br**, endereçado a Comissão de Licitação da SEMA, **até 03 (três) dias** **úteis** antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

**19.12.1.** Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\_docman&task=cat\_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEPLAG (https://aquisicoes.sad.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp), sendo de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

**19.13.** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**19.13.1**. A empresa vencedora da rodada eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais, ou do procedimento físico, deverá proceder a sua inscrição no Cadastro de Fornecedores, no caso de ainda não ser inscrita, com o fim de demonstrar a regularidade documental mínima.

**19.14.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual nº 840/2017.

**19.15.** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato/ordem de serviço.

**19.16.** São partes integrantes deste Edital:

**a)** Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

**b)** Anexo II – Modelo da Declaração de: - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7 º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9° da Lei 8.666/93 e inciso X do artigo 144, da Lei Complementar n° 04/90).

1. Anexo III - Requerimento de benefício de ME-EPP.
2. Anexo IV- Termo de Referência nº. 058/CTI/2020 elaborado pelo setor demandante.
3. Anexo V – Declaração Negativa de Inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o Poder Público.
4. Anexo VI – Minuta de Contrato.

 Cuiabá/MT, 03 de maio de 2021.

**Emanuel Francisco de Souza**

Gerente de Gestão de Aquisições - Em substituição

GAQ/CAC/SAAS

SEMA-MT

**Valdinei Valério da Silva**

Ordenador de Despesas

Secretário Adjunto de Administração Sistêmica

GSAAS

 SEMA/MT

|  |
| --- |
| ANEXO I - FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA |

Pregão n.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DIA \_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ ÀS \_\_\_:\_\_\_\_ HORAS.

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ n°: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**LOTE ÚNICO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM**  | **ESPECIFICAÇÃO**  | **UNID.**  | **QNT.** | **QNT. MESES** | **MARCA/MODELO** | **VALOR UNIT.** | **VALOR TOTAL** |
| 1  | LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE TIPO PICK-UP, DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV, TRAÇÃO 4X4, CABINE DUPLA,COM AR CONDICIONADO, COM NO MÁXIMO 03 (Três) ANOS DE USO, OU COM NO MÁXIMO 70.000 KM RODADO. MANUTENÇÃO A CARGO DA CONTRATADA; ADESIVADO CONFORME MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL E APLICAÇÃO DA MARCA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. MENSAL | UN. | 80 | 6 |  |   |   |
| **SUBTOTAL**  |   |

**Validade da Proposta: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Local e Data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)**

**OBSERVAÇÃO:**

O objeto desta licitação, versa sobre a contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de 80 (oitenta veículos) viaturas, com **seguro e manutenção a cargo da contratada** pelo período de 06 (seis) meses, a fim de atender às necessidades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo:

|  |  |
| --- | --- |
| 40 (quarenta) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa de 40 (quarenta), no máximo **20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.**   |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 60 (sessenta), no máximo 4**0 (quarenta) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.**  |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 80 (sessenta) em no máximo 6**0 (sessenta) dias úteis, a contar da emissão da ordem de fornecimento.**  |

**2 -   Demais especificações detalhadas, vide campo 13 do Termo De Referência nº 014/CEGF/SUF/2021.**

**3 - DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

**3.1**. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no item 08 do Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN/MT.

**3.2.** Os veículos, obrigatoriamente deverá ser nas cores branco ou prata, todos com película automotiva (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, e ainda corresponder às especificações contidas neste Termo de Referência e anexos.

**3.3**. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos do Lote 1, devidamente adesivados de acordo com o Manual de Identidade Visual e Aplicação da Marca do Governo do Estado de Mato Grosso, o qual encontra-se disponível no site do Governo do Estado de Mato Grosso no link: http://www3.mt.gov.br/sala-de-imprensa/manual-da-marca/), no ato da entrega provisória.

**3.4.** É de responsabilidade da CONTRATANTE, encaminhar a empresa CONTRATADA os layouts dos adesivos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após assinatura do Contrato.

**3.5**. Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados/licenciados no Estado de Mato Grosso.

**3.6.** Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre.

**3.7.** A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA e disponibilização de um contato telefônico na modalidade de plantão, com fins de implementar a celeridade dos atendimentos das manutenções que ocorrerem durante os atendimentos das ocorrências na Temporada de Incêndios Florestais 2021, no Estado de Mato Grosso.

**3.8**. Os veículos deverão ser disponibilizados em Cuiabá e/ou Várzea Grande, conforme o que for solicitado na Ordem de Serviço.

**3.9.** Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

**3.10.** Os veículos de sua propriedade que não se apresente em perfeitas condições de utilização deverão ser substituídos, imediatamente pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**3.11.**Substituir veículos, durante o período de contratação, que não se apresente em perfeitas condições de utilização ou quando atingir 120.000 (cento e vinte) mil quilômetros.

**3.12.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

**3.13.** Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

**3.14.** Após cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá efetuar a lavagem completa do veículo.

**3.15.** A Manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima estipulado.

**3.16.** A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção.

**3.17**. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 1,6 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela T.W.I. (Tread Wear Indicators - Indicador de Desgaste da Superfície de Rolamento).

**3.18**. As manutenções preventivas, corretivas, e eventuais trocas de pneus, deverão ser realizadas no município que a Contratante estiver utilizando o veículo, ou no município mais próximo, quando aquele não possuir  oficinas mecânicas ou concessionárias para realização do serviço.

**3.19.**  A contratante informará a necessidade de manutenção via telefone ou E-mail a contratada, para que a mesma emita Ordem de Serviço com as devidas autorizações, para o encaminhamento do veículo até a empresa/oficina mecânica direcionada pela contratada, com fins de realização de manutenção preventiva/corretiva e eventuais trocas de pneus, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do contato, contratante/contratado.

**3.20.** A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança.

**3.21.** As substituições deverão ocorrer nas dependências do CONTRATANTE, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA.

**3.22.** Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no contrato.

**3.23.** A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de guincho para veículos de todos os lotes, quando estes estiverem impossibilitados de locomoção (24 horas por dia).

**3.24**. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de veículos considerados inadequados pelo Gestor.

**3.25.** No término da vigência do Contrato, os veículos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA obrigatoriamente acompanhada por representante da CONTRATANTE. Caso sejam constatadas avarias por mau uso negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela CONTRATANTE, será elaborado relatório técnico com apresentação pela CONTRATADA de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela CONTRATANTE, se deferido.

**3.26.** Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo, como por exemplo: desgaste de freios e embreagem, substituição de velas, filtros e lubrificantes, sistema de suspensão (amortecedores, molas, caixa de direção), balanceamento e alinhamento, componentes elétricos e aranhões na pintura.

|  |
| --- |
| ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO |

**(Papel timbrado da empresa)**

**Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2021 – SEMA/MT**

(Nome da Empresa):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ N° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n° \_\_\_, bairro,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão XXX/2021/SEMA-MT, DECLARA, sob as penas da lei, que:

* Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
* Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei n° 9.854/99;
* Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9° da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n° 04/90).

**(Local e Data)**

**(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)**

# ANEXO III-MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº XXX/2021/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

( ) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

( ) CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

**Local e Data**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**(Identificação e assinatura do Representante Legal)**

# ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|

|  |  |
| --- | --- |
|  | http://gpweb.sema.mt.gov.br/gpweb/server/estilo/rondon/imagens/icones/vazio16.gifhttp://gpweb.sema.mt.gov.br/gpweb/server/arquivos/organizacoes/1/logo_temporario.png |

 |

|  |
| --- |
| **1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO Nr 014/CEGF/SUF/2021** |
| **2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:**2.1. Nome do Projeto: Não se aplica.2.2. Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: Não se aplica.2.3. Meta / Etapa: Não se aplica.2.4. Componente / Ação: Não se aplica.2.5. SICONV: Não2.6. GEO-OBRAS: Não  |
| **3. Informações Orçamentárias:**3.1. Programa: 393 - Promoção da conservação ambiental para melhoria da qualidade de vida.3.2. Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL3.3. Unidade Orçamentária: 27.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE3.4. Subfunção: 542 - CONTROLE AMBIENTAL3.5. Ação: 2121 - Redução de incêndios florestais e 4319 - Realização de Fiscalização Ambiental3.6. Subação: Do 2121 -Subação: 1 - Prevenção, controle e combate e responsabilização para os incêndios florestais. e Do 4319 Subação: 1 - Fiscalização de Flora3.7. Etapa/Medida/Tarefa: Do 2121 1 - Estabelecer um programa de preparação para tornar os 20 municípios resilientes ao fogo e Do 4319 1 - Fiscalizar desmatamento, queimadas, produtos e sub produtos florestais e unidades de conservação  |
| **4. Unidade demandante:**COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF - SEMA MT  |
| **5. Fiscal do Contrato:**5.1. Fiscal Titular: Fabiano Santos Bernini5.2. Fiscal Substituto: Creison do Nascimento Silva  |
| **6. Informações financeiras:** |
|

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Projeto/Atividade/Ação** | **Fonte** | **Região** | **Classificação da Despesa** | **Valor(R$)** |
| **2021** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2121 | 395 | 9900 | 3.3.90.39.037 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4319 | 395 | 9900 | 3.3.90.39.037 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total Geral** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

 |
| 6.3. Origem do recurso: Não se aplica |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **7. Objeto Sintético:**Contratação de empresa especializada na locação de veículo tipo Caminhonete, para atender as necessidades da SEMA/MT, especialmente em operações de combate a infrações e crimes ambientais contra a flora no Estado de Mato Grosso.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **7.1. Especificação detalhada do objeto:**O objeto desta licitação, que versa sobre a contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de veículo automotor com **seguro e manutenção a cargo da contratada**, atendendo às necessidades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com 80 (oitenta veículos) viaturas pelo período de 06 (seis) meses, conforme quantidades e destinações descritas neste Termo de Referência.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **8. Planilha Descritiva do Objeto:** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificação** | **Un.** | **Qnt.** | **Qnt. Meses** | **Valor Unit.** | **Unit. Atual** | **Código SIAG** | **Total** |
| 1 - LOTE ÚNICO | LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE TIPO PICK-UP, DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV, TRAÇÃO 4X4, CABINE DUPLA,COM AR CONDICIONADO, COM NO MÁXIMO 03 (Três) ANOS DE USO, OU COM NO MÁXIMO 70.000 KM RODADO. MANUTENÇÃO A CARGO DA CONTRATADA; ADESIVADO CONFORME MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL E APLICAÇÃO DA MARCA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. MENSAL.  | unidade | 80,00 | 6 | R$  |  | 1097939 | R$  |
| **Total** | **R$**  |

 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **9. Justificativa da Aquisição:****9.1. Justificativa Técnica:**A contratação do serviço de locação de veículos permitirá a estruturação da Superintendência de Fiscalização/SEMA/MT e Comitê Estadual de Gestão do Fogo - BEA/ CBM/ MT, para intensificação das operações de combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais, através da realização de operações constantes nas áreas sob maior pressão, em consonância com o Plano de Ação para Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios  Florestais do Estado de Mato Grosso – 2020.A meta pela redução em 2021 em relação a 2020, de áreas queimadas e desmatamento de modo geral no território de Mato Grosso, que é um compromisso do Governo do Estado junto as Nações Unidas e ao Governo Federal, bem como toda sociedade, passa obrigatoriamente pelo fortalecimento das ações de prevenção, preparação, controle, resposta rápida e responsabilização às queimadas ilegais e aos incêndios florestais em Mato Grosso, de forma integrada com os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, entidades não governamentais, iniciativa privada e sociedade em geral, visando a redução e minimizando dos efeitos, danos (humanos, materiais e ambientais) e prejuízos (econômicos e sociais) ao meio ambiente e a população, sendo que este Comitê e a SUF/SEMA dependem de estrutura mínima de trabalho que sucede pela demanda de veículos tipo caminhonete para fins de transporte de pessoal nos Biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal, em especial e com maior número de efetivo empregado nos Ciclos de Temporada de Incêndios Florestais em Mato Grosso, no período de julho a dezembro do Batalhão de Emergências Ambientais do CBMMT e de abril a setembro pela Superintendência de Fiscalização da SEMA. **9.2. Justificativa do Quantitativo:**O quantitativo referente a presente demanda, está subdividida para atender duas unidades da SEMA em partes iguais, **40 (quarenta)** Caminhonetes a **SUF/SEMA**, com advento da utilização da Plataforma de Monitoramento com Imagens de Satélite **Planet**, sistema de detecção de desmatamento em tempo real de alta resolução que permite ao Estado monitorar em tempo real, e consequentemente controlar o combate ao desmatamento ilegal em toda a extensão de Mato Grosso, sendo assim, possível que esses proprietários sejam responsabilizados e a área embargada de forma imediata, pelo cometimento de crime ambiental, de modo que serão mantidas equipes de fiscalização permanentemente. Outra quantitativo de **40 (quarenta)** Caminhonetes, serão utilizados pelo Batalhão de Emergências Ambientais - BEA do CBMMT, durante a Temporada de Incêndios Florestais - TIF, que ocorre geralmente todo período do 2º semestre (julho à dezembro), de modo que serão empenhadas equipes de Brigada Bombeiros Militar (BMM) e Brigada Descentralizada Bombeiro Militar ( BDBM) nas 20 cidades que mais apresentaram focos de calor e incêndios florestais nos últimos 2 anos, bem como nas 21 unidades descentralizadas do CBMMT no Estado de Mato grosso. Importante ressaltar, que o Estado de Mato Grosso ocupa uma faixa de 903.357,908 km² de área territorial, sendo 983 km de fronteira com a Bolívia, constituindo-se o terceiro mais extenso do país. Possui 141 municípios e uma população de 3.035.122 habitantes (IBGE, 2010), por essa característica de grande extensão territorial, possuir 3 biomas distintos e dos mais importantes do Brasil, geralmente, os deslocamentos nesses terrenos bastante acidentado, via terrestre, necessitam a utilização de veículos específicos para cumprir essas missões de respostas e combate aos incêndios florestais, e esse processo de contratação, tem como objetivo principal proporcionar meios suficientes e necessários visando ações preventivas e de combate aos incêndios florestais, **principalmente nas Unidades de Conservação e seus entornos**, bem como, estimular tal prática pelos órgãos responsáveis nas áreas de interesse ecológico, áreas indígenas e de projetos de assentamentos. Para que não haja insuficiência de disponibilização de veículos tipo **caminhonetes**, para atender às necessidades de transporte empregados no desempenho de combate aos Incêndios florestais e queimas ilegais, bem como das operações de fiscalização, a exemplo da Operação Abafa e realização de Perícias Técnicas de Incêndios Florestais, e, devido ao grande número de ocorrências relacionadas aos Incêndios Florestais, que vem sofrendo aumentos significativos a cada ano, sendo necessário em 2020 o auxilio (cautela) de caminhonetes de outras secretarias e poderes do Estado de Mato Grosso, como reforço nesse quesito nas Operações durante a TIF 2020, com fins precípuos em manter as metas estabelecidas pela Administração Pública (CEGF/SEMA e CBMMT), para que as mesmas, não ficassem comprometidas administrativa e operacionalmente. A presente contratação garantirá a viabilidade de transporte das equipes que serão distribuídas em todas as regiões do Estado de Mato Grosso, a exemplo dos anos anteriores, nas seguintes unidades Bombeiro Militar:**1 -** Comando Regional - I (CR I) - CUIABÁ (Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Rosário Oeste); **2 -** Comando Regional - II (CR II) – RONDONÓPOLIS (Campo verde, Primavera do Leste, Alto Garças, Alto Taquari, Guiratinga, Itiquira, Pedra Preta e São José do Povo); **3 -** Comando Regional - III (CR III) - SINOP (Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Cláudia, Marcelândia, Santa Carmen, Tabaporã e  União do Sul); **4 -** Comando Regional - IV (CR IV) - BARRA DO GARÇAS ( Araguaiana, Araguainha, Cocalinho, General Carneiro, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Ribeirãozinho e Torixoréu);**4.1-**4ª Companhia Independente Bombeiro Militar “4ª CIBM” – Nova Xavantina ( Agua Boa, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Canarana, Campinápolis, Querência, Luciara, Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Vila Rica, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Terezinha, Santa Cruz do Xingu e Serra Nova Dourada); **5 -** Comando Regional V - (CR V) - CÁCERES (Araputanga, Curvelândia, Glória D’Oeste, Lambari D’Oeste, Mirassol D’Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos e Salto do Céu); **5.1 -**8ª Companhia Independente Bombeiro Militar “8ª CIBM” - Pontes e Lacerda ( Comodoro, Conquista D’ Oeste, Figueirópolis D’Oeste, Indiavai, Jauru, Nova Lacerda, Rondolândia, Vila Bela da Santíssima Trindade e Vale de São Domingo); **6 -** Comando Regional VI - Tangará da Serra ( Alto Paraguai, Arenápolis, Barra do Bugres, Campos de Júlio, Denise, Diamantino, Nortelândia, Nova Maringá, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, São José do Rio Claro e Sapezal);**6.1-** 14º Companhia Independente Bombeiro Militar “14º CIBM” - Juína (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juruena, Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos); **7 -** Comando Regional VII - (CR VII)  - ALTA FLORESTA (Apiacás, Carlinda, Nova Monte Verde e Paranaíta);    **7.1 -** 12º Companhia Independente Bombeiro “12º CIBM” - Colíder (Itaúba, Matupá, Nova Santa Helena, Nova Guarita, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte). Com base nestas informações, verifica-se que os veículos devem ser apropriados para cada situação, de forma a tornar o serviço produtivo e proporcionar ao empregado condições operacionais de trabalho a pronto emprego. Desta forma, o serviço de contratação de de 80 (oitenta) veículos tipo caminhonetes a ser locado, justifica-se, em razão das demandas pelos atendimentos e com a finalidade de potencializar e otimizar as ações voltadas diretamente ao combate de todas as formas de  crimes ambientais, que ocorrem nos 3 (três) biomas do Estado, representando assim, o atendimento ao que prescreve o art. 225 da Constituição Federal do Brasil, demanda-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **10. Resultados Esperados:**A contratação do serviço de locação de veículos para serem utilizados como viaturas permitirá a intensificação das ações de fiscalização de campo para coibir e reprimir desmatamentos ilegais, explorações florestais ilegais e incêndios florestais, contribuindo para a redução dos hectares de áreas desmatadas e redução dos focos de calor no Estado de Mato Grosso, em relação ao período de 2020. Através das ações que serão realizadas pelo Comitê Estadual do Fogo em conjunto com o Batalhão de Emergências Ambientais, como: Realização de Palestras nos municípios, Combates Efetuados, Monitoramento em assentamentos, Monitoramento em Terras Indígenas, Monitoramento em UC Federal, Monitoramento em UC Estadual e Monitoramento em UC Municipal, buscar a redução de áreas queimadas em relação 2020.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **11. Público Alvo:**A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Sociedade Civil em geral.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **12. Requisitos para apresentação da proposta:**12.1. Necessita de vistoria?Não12.2. Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratada:Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **compatíveis com o objeto desta licitação.**O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 13.1. Tipo de Entrega: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipo de Entrega** | **Observação** |
| Parcelada, conforme cronograma | Será descrito abaixo, o formato da entrega, bem como as quantidades de veículos a serem entregues em cada etapa ou única. |

 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 13.2. Prazo de entrega:13.2.1. Da emissão da ordem de fornecimento:A ordem de fornecimento/Serviço será emitida em até 10 dias úteis, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.13.2.2. Da entrega dos produtos:Os produtos deverão ser entregues em até 20 dias úteis, após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.13.3. Local, horário e endereço de entrega do bem/realização do serviço13.3.1. Local da entrega:Outro, conforme indicado no endereço de entrega13.3.2.Horário de entrega:08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.13.3.3.Endereço da entrega:Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT - Gerência de Transportes - GTRAN.13.4. Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 5 dias úteis para a correção e será feito novo recebimento provisório;Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 10 dias.13.5. Metodologia de Acompanhamento:EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS :13.5.             DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**13.5.1          DO PRAZO, HORÁRIOS E CRONOGRAMA DE ENTREGA DO PRODUTO**13.5.1.1. Do total de veículos do Lote 1 (único), obedecerão o seguinte cronograma de entrega, impreterivelmente:

|  |  |
| --- | --- |
| 40 (quarenta) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa de 40 (quarenta), no máximo **20 (vinte) dias úteis**  |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 60 (sessenta), no máximo 4**0 (quarenta) dias úteis** |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 80 (sessenta) em no máximo 6**0 (sessenta) dias úteis.** |

 Contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, sob **pena de aplicação das sanções** previstas neste Termo de Referência. No entanto, caso a Empresa vencedora do certame da licitação, dispuser de quantidade total de 80 (oitenta) veículos ou quantidade superior, além do mínimo, em cada etapa do cronograma, poderá a Empresa entregar esses produtos, com igual condições contratual. 13.5.1.2. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao fiscal do contrato, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas. 13.5.1.3. Os veículos deverão ser entregues de segunda a sextas-feiras, tendo, por regra, o horário das 08h:00 às 12h:00 horas e das 14h:00 às 17h:00 horas. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento da Contratante, que será estipulado na Ordem de Serviço. **13.5.2. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**13.5.2.1. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no item 08 deste Termo de Referência, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN/MT. 13.5.2.2. Os veículos do Lotes 1, obrigatoriamente deverá ser nas cores branco ou prata, todos com película automotiva (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, e ainda corresponder às especificações contidas neste Termo de Referência e anexos. 13.5.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar os veículos do Lote 1, devidamente adesivados de acordo com o Manual de Identidade Visual e Aplicação da Marca do Governo do Estado de Mato Grosso, o qual encontra-se disponível no site do Governo do Estado de Mato Grosso no link: http://www3.mt.gov.br/sala-de-imprensa/manual-da-marca/), no ato da entrega provisória. 13.5.2.4. É de responsabilidade da CONTRATANTE, encaminhar a empresa CONTRATADA os layouts dos adesivos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após assinatura do Contrato. 13.5.2.5. Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados/licenciados no Estado de Mato Grosso. 13.5.2.6. Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre. 13.5.2.7. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA e disponibilização de um contato telefônico na modalidade de plantão, com fins de implementar a celeridade dos atendimentos das manutenções que ocorrerem durante os atendimentos das ocorrências na Temporada de Incêndios Florestais 2021, no Estado de Mato Grosso. 13.5.2.8. Os veículos deverão ser disponibilizados em Cuiabá e/ou Várzea Grande, conforme o que for solicitado na Ordem de Serviço. 13.5.2.9. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução. 13.5.2.10. Os veículos de sua propriedade que não se apresente em perfeitas condições de utilização deverão ser substituídos, imediatamente pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. 13.5.2.11.Substituir veículos, durante o período de contratação, que não se apresente em perfeitas condições de utilização ou quando atingir 120.000 (cento e vinte) mil quilômetros. 13.5.2.12. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas. 13.5.2.13. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo. 13.5.2.14. Após cada manutenção preventiva e corretiva, a CONTRATADA deverá efetuar a lavagem completa do veículo. 13.5.2.15. A Manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima estipulado. 13.5.2.16. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção. 13.5.2.17. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 1,6 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela T.W.I. (Tread Wear Indicators - Indicador de Desgaste da Superfície de Rolamento). 13.5.2.18. As manutenções preventivas, corretivas, e eventuais trocas de pneus, deverão ser realizadas no município que a Contratante estiver utilizando o veículo, ou no município mais próximo, quando aquele não possuir  oficinas mecânicas ou concessionárias para realização do serviço. 13.5.2.18.1.  A contratante informará a necessidade de manutenção via telefone ou E-mail a contratada, para que a mesma emita Ordem de Serviço com as devidas autorizações, para o encaminhamento do veículo até a empresa/oficina mecânica direcionada pela contratada, com fins de realização de manutenção preventiva/corretiva e eventuais trocas de pneus, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do contato, contratante/contratado. 13.5.2.19. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança. 13.5.2.20. As substituições deverão ocorrer nas dependências do CONTRATANTE, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da CONTRATADA. 13.5.2.21. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado ao CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no contrato. 13.5.2.22. A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de guincho para veículos de todos os lotes, quando estes estiverem impossibilitados de locomoção (24 horas por dia). 13.5.2.23. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de veículos considerados inadequados pelo Gestor. 13.5.2.24. No término da vigência do Contrato, os veículos deverão ser devolvidos à CONTRATADA, após realização de inspeção pela CONTRATADA obrigatoriamente acompanhada por representante da CONTRATANTE. Caso sejam constatadas avarias por mau uso negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela CONTRATANTE, será elaborado relatório técnico com apresentação pela CONTRATADA de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela CONTRATANTE, se deferido. 13.5.2.25. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo, como por exemplo: desgaste de freios e embreagem, substituição de velas, filtros e lubrificantes, sistema de suspensão (amortecedores, molas, caixa de direção), balanceamento e alinhamento, componentes elétricos e aranhões na pintura. **13.5.3.          DO MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS**13.5.3.1. Visando à necessidade de proporcionar segurança através do monitoramento on-line, aos motoristas e passageiros que utilizam os veículos e ainda reduzir os custos de utilização dos veículos através de levantamentos imediatos proporcionados pelo sistema de B.I., integrado ao sistema de monitoramento, verificando também o cumprimento das normas de utilização dos veículos determinadas pelos Órgãos/entidades CONTRATANTES, bem como atendimento do item 12.11 e subitens deste Termo de Referência, se faz imprescindível que todos os veículos quando disponibilizados pela CONTRATADA, estejam equipados com Serviço de monitoramento por GPS/GSM/GPRS e gestão por Sistema de B.I. (BUSINESS INTELIGENCE). 13.5.3.2. O fornecimento/instalação e manutenção do referido sistema é de total responsabilidade da CONTRATADA. 13.5.3.3. A CONTRATANTE deverá dispor de treinamento dos agentes gestores/fiscais de cada contrato, que irão operar o sistema, bem como para servidor indicado pela Superintendência de Fiscalização da CONTRATANTE. 13.5.3.4 A CONTRATANTE deverá disponibilizar condições, espaço e equipamentos de TI (tecnologia da informação), para a instalação dos sistemas de monitoramento de seus veículos contratados em locais determinados pela CONTRATANTE. 13.5.3.5. Todo o serviço de monitoramento deverá ser disponibilizado através de mapas digitais e o acesso ao sistema deverá ser protegido por senhas com níveis de serviços. 13.5.3.6. O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana. 13.5.3.7. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços, deverão estar com a certificação da ANATEL válida. 13.5.3.8. O equipamento deverá apresentar as seguintes características mínimas:    a) Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS    b) Tecnologia de Localização GPS    c) Antena GSM e GPS Interna    d) Tensão de Alimentação 9V a 32V    e) Temperatura de Operação -20ºC até +80ºC    f) Mínimo de três Entradas Digitais (sensor de ignição, sensor de porta e botão de pânico);    g) Mínimo de duas Saídas Digitais (atuador de bloqueio e atuador de sirene);    h) Transmissão GPRS com garantia de segurança dos dados;    i) Sensor de velocidade e hodômetro;    j) Bateria backup interna;   k) Armazenamento em memória local mínima de 2.000 posições ou superior, possibilitando a reconstituição dos m) trajetos percorridos, inclusive          nos locais onde houver perda do sinal do celular; 13.5.3.9. Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, a empresa a ser contratada deverá disponibilizar via web (internet) um software de Monitoramento que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo e aos demais requisitos deste Termo de Referência:   a) Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;   b) Cadastramento por grupos de veículos;   c) Servidor de mapas com comprovação através de contrato com provedor deste tipo de serviço;  d) Mapa digital de todo o território nacional, principalmente do Estado de Mato Grosso e da região metropolitana de Cuiabá, com arruamento, sentido    de trânsito, rodovias e a informação de tráfego de veículos, on-line.  e) Posição (localização em mapa digital) em tempo real dos veículos;  f) Situação da ignição dos veículos (ligada / desligada);  g) Informação em tempo real da violação de pontos ou rota estabelecida para análise de atraso / adiantamento /descumprimento;  h) Deve ser permitida a construção de áreas geograficamente delimitadas no mapa digital (conhecidas como geocercas ou alvos) para alarmes de          entrada e saída;  i) Definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;  j) Deve ser permitida a criação de pontos de referência personalizados no mapa digital;  k) O mapa deve apresentar setas de direcionamento do sentido para onde   o veículo está se deslocando;  l) O sistema deve listar quais são os veículos próximos a um endereço determinado;  m) Distância percorrida por faixa de horário por veículo;  n) Utilização dentro e fora do expediente por veículo;  o) Ociosidade do veículo;  p) Horários de utilização do veículo dentro e fora do expediente; 13.5.3.10. O Sistema de B.I. (Business Intelligence), deverá ser totalmente web, permitindo o acesso dos Órgãos/entidades CONTRATANTES a todas as informações necessárias à gestão dos veículos locados. 13.5.3.11. A CONTRATADA deverá em situações de substituições de veículos, por terem atingido tempo e/ou quilometragem, e/ou nos casos de devolução por término da vigência contratual entregar ao CONTRATANTE, backup contendo todas as informações do monitoramento, no período em que o veículo foi utilizado pela Administração Pública.  **13.5.4.          DAS PENALIDADES DE TRÂNSITO:**Em conformidade ao Decreto Estadual nº. 2.067 de 11.08.2009, o Estado de Mato Grosso, através de seus Órgãos/Entidades, deverá proceder ao que condizem as penalidades da seguinte forma: 13.5.4.1.       A CONTRATADA deverá encaminhar a infração e a penalidade de trânsito ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a data de recebimento, juntamente com cópia do AR (aviso de recebimento) sob pena de responsabilizar-se solidariamente caso o condutor seja cerceado de seu direito de defesa. (Resolução CONTRAN n° 404 de 12 de 2012). 13.5.4.2. Decorrido os prazos de defesa, autuação de infração de transito (1ª instancia) e autuação de penalidade de infração de trânsito (2ª instancia), em caso de indeferimento de recurso ou de não interposição de recurso, a CONTRATADA deverá pagar a multa e solicitar reembolso junto a CONTRATANTE, via nota de débito junto com o comprovante de pagamento. 13.5.4.3. Quando do recebimento da notificação de infração, a CONTRATADA deverá identificar de imediato o condutor, ou, informar o porquê de sua não identificação, caso a infração seja de responsabilidade do Estado. 13.5.4.4. Se o condutor julgar necessário poderá entrar com recurso de multa de trânsito junto ao órgão competente, sendo de sua inteira responsabilidade a elaboração e defesa do recurso.  13.5.4.5. Os recursos de multas de trânsito deverão ser acompanhados pelo setor responsável pela utilização dos veículos, que deverá informar ao setor a que o servidor esteja lotado sobre o resultado do julgamento. 13.5.4.6. Os valores apurados em decorrência de multas e avarias serão debitados em folha de pagamento, respeitadas as condições previstas na legislação vigente, desde que previamente autorizados pelo servidor ou após julgamento do competente processo administrativo. 13.5.4.7.. Poderão os condutores dos veículos, sofrer medidas administrativas e disciplinares, de acordo com a gravidade da multa, de seus atos na condução do veículo oficial e do veículo auxiliar e suas sucessivas reincidências, onde serão consideradas as condições operacionais e circunstanciais que resultaram na incorreta condução do veículo. 13.5.4.8. Se a infração for de responsabilidade da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá informar à mesma de imediato porque motivo o condutor não foi identificado, bem como, porque o Estado não assumiu a responsabilidade pela multa, devolvendo a notificação à CONTRATADA. 7.5.8. A CONTRATANTE deverá providenciar o ressarcimento a CONTRATADA dos valores pagos pelas infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do contrato, não se admitindo a postergação do pagamento das mesmas, podendo o gestor do Órgão ser responsabilizado pela demora em instaurar os procedimentos apuratórios que deverão ser sumários, obedecendo aos prazos processuais. |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **14. Vigência do contrato:**6 meses.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **15. Forma de pagamento:**Mensal.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **16. Obrigações Específicas do objeto:**16.1. Da Contratante:16.1.1. Pagar a importância correspondente aos serviços no prazo contratado;16.1.2. Não efetuar pagamento à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;16.1.3. Comunicar por escrito e tempestivamente a CONTRATADA qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;16.1.4. Designar, servidor Fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;16.1.5. Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;16.1.6. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;16.1.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato;16.1.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato e em edital;16.1.9. Receber o veículo verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo;16.1.10. Devolver o veículo com a mesma quantidade de combustível recebida na retirada, sendo que o tipo de combustível será escolhido de acordo com a conveniência da CONTRATANTE;16.1.11. Avisar formalmente a CONTRATADA das devoluções, no prazo de 30 (trinta) dias úteis antes da eventual devolução do (s) veículo (s);16.1.12. Novas adesões da CONTRATANTE somente serão efetuadas caso haja a devolução do Veículo;16.1.13. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência do Órgão,  envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo;16.1.14. Recolher os veículos, após a jornada de trabalho nas instalações da CONTRATANTE, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizadas, conforme especificado no Art. 11 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº. 2.067/2009;16.1.15. Permitir a condução dos veículos somente por servidores oficialmente autorizados.16.1.16. Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;16.1.17. Não sublocar/ceder os veículos objeto deste contrato;16.1.18. Registrar a utilização, controle e gestão dos veículos, conforme os formulários anexos ao Decreto Estadual nº. 2.067/2009;16.1.19. Incluir o número de chassi e/ou placa do objeto a ser locado, na Nota Fiscal, sempre que existir, para efeitos de controle interno;16.1.20. Fornecer a CONTRATADA até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a quilometragem mensal de cada veículo fornecido/contratado, através de e-mail ou encaminhado de ofício na sede/filial da empresa em Cuiabá/Várzea Grande;16.1.21. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA;16.1.22. Instalar nos veículos locados sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por TRR (Transportador, Revendedor e Retalhista) e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado, inclusive com checagem de cota disponível para o veiculo/órgão no momento do abastecimento, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veiculo e perfil do usuário;16.1.23. Em eventuais substituições de veículos por veículos reservas, fica a cargo da CONTRATANTE a retirada e/ou bloqueio do sistema informatizado, sob pena de responsabilidade.16.1.24.        A CONTRATANTE somente se responsabilizará pela execução dos seguintes serviços:16.1.25. Reparo de pneus (furos e válvulas);16.1.26. Lavagem Simples;16.1.27. Abastecimento de combustíveis;16.1.28. Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com autorização da CONTRATADA, nos equipamentos/acessórios instalados pela CONTRATANTE, de que trata os constantes deste contrato.16.1.29. Quando ocorrer avarias e sinistros, o Estado obriga-se a:16.1.30. Em caso de sinistro, notificar a CONTRATADA imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, Fotos e Laudo Pericial.16.1.31. O Laudo Pericial deve ser solicitado pela CONTRATANTE no local do acidente.16.1.32. Quando os sinistros envolverem terceiros, o Boletim de Ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos.16.1.33. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com no mínimo os seguintes documentos:a) Boletim de Ocorrência;b) Fotos;c) Laudo Pericial;d) Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os equipamentos e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado);e) Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças, e;f) Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.16.2. Da Contratada:**16.2.1** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;**16.2.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;**16.2.3.** Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;**16.2.4.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;**16.2.5.** Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com a necessidade da **CONTRATANTE**;**162.6.** Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **CONTRATANTE**;**16.2.7.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;**16.2.8.** Executar os serviços contratados, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste **Edital e** **Termo de Referência**, bem como neste contrato;**16.2.9.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza;**16.2.10.**Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;**16.2.11.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da **CONTRATANTE**;**16.2.12.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;**16.2.13.** Comunicar imediatamente a **CONTRATANTE**qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;**16.2.14.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à **CONTRATANTE**ou a terceiros;**16.2.15.** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;**16.2.16.** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;**16.2.17.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste contrato;**16.2.18.** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;**16.2.19.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da **CONTRATANTE**em seu acompanhamento;**16.2.20.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;**16.2.21.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;**16.2.22.**Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010;**16.2.23**. Disponibilizar os veículos nos prazos elencados neste contrato, devendo, no mesmo prazo, apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos (que deverão estar em nome da pessoa jurídica contratada), os quais deverão previamente ser avaliados e aceitos pela **CONTRATANTE**, bem como apólice de seguro total de cada um dos veículos;**16.2.23.1.** Em caso de troca de qualquer veículo, a **CONTRATADA** deverá atualizar os dados junto ao fiscal do Contrato da **Contratante**.**16.2.24**. Os veículos deverão ser entregues com seguro total vigente contra roubo, furto, incêndio, colisão e perda total, ou qualquer avaria destas decorrentes, inclusive vidros, pneus, rodas, calotas, farol e farol de neblina, com cobertura para danos materiais e pessoais causados a terceiros e danos corporais aos ocupantes do veículo, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pelo pagamento integral da franquia, se houver;**16.2.24.1**. A apólice de seguro de veículo contra sinistros, deverá contemplar no caso de APP/Morte ou Invalidez o valor mínimo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;**16.2.24.2**. Caso o dano ocorrido ao veículo, passageiros ou a terceiros ultrapasse o valor coberto pelo seguro, a **CONTRATADA** deverá arcar  com todos os custos;**16.2.24.3**. Em caso de sinistro, as despesas com reparos que não atinjam o valor da franquia da apólice de seguro ficarão a cargo da **CONTRATADA**.**16.2.25.** Manter regularizada a documentação do veículo, validade de equipamentos obrigatórios (ex. validade carga/extintor de incêndio);**16.2.26.** Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da **CONTRATANTE,** com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza ou aferição de hodômetro;**16.2.27.** Relacionar os veículos disponíveis contendo modelo, ano, placa e o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam dos veículos alocados, atualizando esses dados em caso de substituição;**16.2.28.**Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas à manutenção, impostos, taxas, licenciamentos, seguro obrigatório (DPVAT), seguro total e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;**16.2.29.** Emitir autorização devidamente assinada pelos responsáveis legais da empresa **CONTRATADA**, para instalação nos veículos locados de sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por TRR (Transportador, Revendedor e Retalhista) e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado;**16.2.29.1.** Esta exigência deverá ser observada também para os veículos reservas.**16.2.30.** A **CONTRATADA**, que não tiver sede (estrutura) no território do Estado de Mato Grosso, deverá providenciar garagem e instalações/escritório de representação com equipamentos e tecnologia suficiente que viabilize a entrega dos veículos contratados. O prazo máximo para efetuar as instalações será de no máximo **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Contrato com a **CONTRATANTE**.**16.2.30.1**A estrutura deverá ser comprovada através de:a) – Escritura do imóvel ou contrato de aluguel;b) – Fotografia do Local das instalações da empresa;c) – Alvará de Licença ou seu requerimento protocolado junto ao Órgão responsável;**16.2.31.** Para todos os lotes, a cada 10 (dez) veículos contratados, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar 1 (um) veículo de mesma especificação, como reserva, para atender qualquer eventualidade pertinente à prestação de serviços;**16.2.32.** A **CONTRATADA** deverá dispor-se a receber em horário de expediente o veículo locado, bem como dispor de unidade para suprir a anteriormente devolvidas quando solicitada pela Administração Pública, sem ônus adicional;**16.2.33.** É expressamente vedado à **CONTRATADA**, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, ativo ou aposentado há menos de **03 (três) anos**, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, durante a vigência do contrato.**16.2.34.** Encaminhar obrigatoriamente, mensalmente, por meio eletrônico, no formato Excel, TXT e/ou Access, separado por a órgão/entidade, relatório contendo todas as informações referentes aos serviços prestados a **CONTRATANTE**, à Gerência de Transportes da Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA;**16.2.35.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002, e Decretos Estaduais nº 840/2017 e 2.067/2009;**16.2.36.** A inobservância das regras previstas neste contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **17. Das Garantias:**17.1. Garantia do objetoToda aquisição/contratação tem garantia legal (art. 26, Lei Nº 8.078/1990), sendo 30 (trinta) dias para serviços e produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços e produtos duráveis.Caso haja necessidade de garantia com prazo superior à legal, informar abaixo:**17.1.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 1 % (um por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.**17.1.1.1     A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO, acrescido de 3 (três) meses.****17.1.2.** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**17.1.3.** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;**17.1.4.** Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;**17.1.5.** Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;**17.1.6.** Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.**17.1.7.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica, com correção monetária, em favor do Estado de Mato Grosso / Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA MT, Agência : xxxxxxx e Conta Corrente: xxxxxxxxxxx.**17.1.8.** A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada e juntado ao contrato.**17.1.9.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).**17.1.10.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 2% (dois por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia.**I)** O bloqueio efetuado com base no item **17.1.13** desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.**II)** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item **17.1.13** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.**17.1.11.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.   **17.1.12.** O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.**17.1.13.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa.**17.1.14.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.**17.1.15.** Será considerada extinta a garantia:**17.1.16.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;**17.1.17.** Com a extinção do Contrato.**17.1.18.** Caberá à própria CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 17.1.10 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CONTRATANTE.**17.1.28.** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, se for o caso, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.17.2. Contratual (Facultativa): Contratual: a qual se limita a até 5% do valor contratado (por caução, seguro-garantia e fiança), conforme previsto no art. 56 da Lei 8.666/93.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **18. Das Sanções Administrativas do objeto:**18.1. A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal n° 8.666/93 combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:18.1.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;18.1.2. Multas conforme graduação prevista no item 18.2;18.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a CONTRATADA e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, entre outros comportamentos e em especial quando, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;b) Não mantiver a proposta;c) Falhar gravemente na execução do contrato;d) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;e) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;f) Comportar-se de modo inidôneo;g) Cometer fraude fiscal;h) Fizer declaração falsa;i) Fraudar na execução do contrato.18.1.3.1 O retardamento da execução previsto na alínea “a”, estará configurado quando a CONTRATADA:18.1.3.1.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da sua assinatura.18.1.3.1.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 02 (dois) dias seguidos ou por 06 (seis) dias intercalados.18.1.3.2. A falha na execução do contrato prevista na alínea “c” estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 2.18.1.3.3. O comportamento previsto na alínea “f” estará configurado quando a CONTRATADA executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.18.2. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:Tabela 1 GRAU      CORRESPONDÊNCIA1              R$ 300,002              R$ 500,003              R$ 700,004              R$ 900,005              R$ 2.000,006              R$ 5.000,00 Tabela 2

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** | **INCIDÊNCIA** |
| 1 | Manter veículo fora das especificações contratuais. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 2 | Manter veículo sem a devida manutenção preventiva ou corretiva para a execução dos serviços. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 3 | Atrasar o início, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. | 6 | Por veículo e por dia |
| 4 | Utilizar as dependências da **CONTRATANTE** para fins diversos do objeto do contrato. | 4 |  Por ocorrência |
| 5 | Manter veículos que atingirem mais de 120000 (centro e vinte) mil quilômetros | 4 | Por veículo e por dia |
| 6 | Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCAL DO CONTRATO, sem motivo justificado. | 5 | Por ocorrência |
| 7 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. | 6 | Por ocorrência |
| Para os itens a seguir, **deixar de**: |
| 8 | Manter a documentação de habilitação atualizada. | 1 | Por item e por ocorrência |
| 9 | Manter regularizada a documentação do veículo, e disponibilizar a correspondente documentação comprobatória. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 10 | Efetuar as recargas dos extintores de incêndio quando necessário, e manter dentro do prazo de validade. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 11 | Disponibilizar os veículos quando solicitado pelo fiscal do contrato, nas quantidades contratualmente estabelecidas. | 4 | Por veículo e por dia |
| 12 | Disponibilizar os veículos com seguro, conforme contrato ou não apresentar comprovação de apólice de seguro para efeitos de ressarcimento em caso de avarias nos veículos ou indenizações. | 4 | Por veículo e por dia |
| 13 | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo Fiscal do Contrato. | 1 | Por ocorrência e por hora |
| 14 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do Fiscal do Contrato. | 2 | Por ocorrência |
| 15 | Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança; | 4 | Por ocorrência. |
| 16 | Manter garagem e instalações/escritório, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato. | 1 | Por ocorrência e por dia |
| PARA O ITEM A SEGUIR, **APRESENTAR**: |
| 17 | Condutas não previstas nos itens da tabela 3, mas que reflitam descumprimento contratual. | 5 | Por ocorrência e por dia |

 18.3. Caso a CONTRATADA apresente as condutas previstas na Tabela 2, reiteradas vezes, poderá ser aplicada a sanção de multa até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 12.1.3 conforme discricionariedade do Ordenador de Despesas da CONTRATANTE;18.3.1. Nos casos de aplicação de sanção de multa prevista no item anterior, será deduzido do valor da mesma, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 12.2 Tabela 1, para que a CONTRATADA não seja penalizada em duplicidade.18.4. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; 18.5. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento ou complementação da multa;18.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa;18.7. As multas previstas nesta Seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causas ao CONTRATANTE;18.8. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver:**19.1. Lei 8.666/93 e alterações – Normas para Licitação;19.2. Lei 10.520/2002 – Institui o Pregão;19.3. Decreto Estadual n° 840/2017 – Regras para Aquisição;19.4. Decreto Estadual nº 8.199/2006 eLei 123/2006 – Normas ME e EPP.19.7. Lei Estadual nº 7.692, de 2002 Decreto Estadual nº. 2.067, de 2009  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **20. Considerações:**Os veículos tipo picape que não atendem, as condições e a finalidade dessa contratação são: Volkswagen Saveiro, Chevrolet Montana, Fiat Strada, Renault Duster Oroch e Fiat Toro.  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **21. Protocolo:**102629/202109/03/2021  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Cuiabá-MT, 22 de março de 2021 |
|

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Creison do Nascimento Silva |
| Responsável pela Elaboração do T.R. |
| 04/03/2021 |
| Aprovado |

 |

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Creison do Nascimento Silva |
| Responsável pela Especificação Técnica |
| 04/03/2021 |
| Aprova |

 |

 |
|

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Bruno Saturnino do Nascimento |
| Coordenador/Superintendente da Unidade |
| 05/03/2021 |
| Aprova |

 |

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Jusciery Rodrigues Marques |
| Coordenador/Superintendente da Unidade |
| 04/03/2021 |
| Aprova |

 |

 |
|

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Fatima Aparecida de Carvalho |
| Coordenadoria de Orçamento |
| 08/03/2021 |
| Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação pelo Superávit Financeiro - 395/640 |

 |

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Ilza Ferreira da Paz |
| Coordenadoria Financeira |
| 08/03/2021 |
| Existência de Saldo Financeiro |

 |

 |
|

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Valdinei Valerio da Silva |
| Ordenador de Despesa |
| 08/03/2021 |
| Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR. |

 |

 |

|  |
| --- |
| ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIADE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO |

(Papel Timbrado da Empresa)

**À**

**A/C**

**Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditiva para Licitar com o Poder Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2° do artigo 32 da Lei n° 8.666/93 alterado pela Lei n° 9.648/98.

**(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)** por representante legal do proponente.

|  |
| --- |
| ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO |

**TERMO DE CONTRATO Nº. \_\_\_/2021/SEMA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**O ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, e competências atribuídas na Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, **neste ato representado pelo Secretário de Meio Ambiente, xxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador do RG nº. xxxxxxxxxxxxxx - SSP/xxxx e do CPF nº. xxxxxx, nomeado pelo Ato Governamental n.º xxxxxx/xxxx de xx/xx/xxxxxx, com suas atribuições definidas na Portaria nº xxx, de xx de xxxx de xxxx, e suas alterações, bem como na Portaria Nº xxxx de xx/xx/xxxx, doravante denominada CONTRATANTE** e de outro ladoà empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**,** inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizada a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada pelo(a)Senhor(a) **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º xxxxxxx/xxxxx/SEMA,** devidamente instruído com o Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_\_\_/**SUBPGMA/2021** com o **Pregão Eletrônico n.º 000/2021/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 840/2017 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

* 1. Contratação de empresa especializada na locação de veículo tipo Caminhonete, para atender as necessidades da SEMA/MT, especialmente em operações de combate a infrações e crimes ambientais contra a flora no Estado de Mato Grosso**,** oriundos do **Pregão Eletrônico n.º 000/2021/SEMA/MT**, conforme condições e especificações constantes no **Termo de Referência nº 014/CEGF/SUF/2021** que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1**. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada pelo fornecedor, de acordo o **Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_/2021/SEMA** e seus anexos, conforme discriminação abaixo:

**LOTE ÚNICO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM**  | **ESPECIFICAÇÃO**  | **UNID.**  | **QNT.** | **QNT. MESES** | **MARCA/MODELO** | **VALOR UNIT.** | **VALOR TOTAL** |
| 1  | LOCAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO, TIPO CAMINHONETE TIPO PICK-UP, DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 CV, TRAÇÃO 4X4, CABINE DUPLA,COM AR CONDICIONADO, COM NO MÁXIMO 03 (Três) ANOS DE USO, OU COM NO MÁXIMO 70.000 KM RODADO. MANUTENÇÃO A CARGO DA CONTRATADA; ADESIVADO CONFORME MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL E APLICAÇÃO DA MARCA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. MENSAL | UN | 80 | 6 |  | R$  | R$  |
| **TOTAL**  |   |

**2.2.** A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo objeto ora contratado, o valor total de **R$** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) a ser pago mensalmente, conforme a demanda, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato designado pela **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF**.

**2.3.** Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, transporte, seguros, encargos sociais, etc.).

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** conforme definido na cláusula segunda, subcláusula 2.2., mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado do Mato Grosso, bem como, em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 840/2017, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato da **CONTRATANTE**;

**3.1.1.** O prazo de pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato;

**3.2.** As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO,** com o **CNPJ nº. 03.507.415/0023-50** e protocoladas na Gerência de Protocolo da **CONTRATANTE**, com todos os documentos necessários para pagamento, indicando o **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF.** como setor de destino e como interessada a própria **CONTRATADA**, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato;

**3.2.1.** Caso a **CONTRATADA** não tenha escritório ou representante no município sede da **CONTRATANTE,** a mesma poderá encaminhar a Nota Fiscal e respectivos documentos exigidos no pagamento via correio, no seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, aos cuidados do **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF;**

**3.3.** A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição detalhada do objeto, período de entrega/execução, dados da requisição e quantitativo do item, o número do contrato, e o nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento;

**3.4.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos documentos abaixo, e outros que se fizerem necessários, conforme o caso, nos termos da legislação vigente:

1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

**b)** Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais;

1. Prova de regularidade relativa à Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação;
2. Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais e de Dívida Ativa da União;
3. Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado (PGE);

**3.5.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária;

**3.6.** Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização;

**3.7.** O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

**3.8.** Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

**3.9.** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento;

**3.10.** O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

**3.11.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

**3.12.** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela **CONTRATADA,** não serão geradores de direito a reajustamento de preços;

**3.13.** Não serão efetuados qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA**, ou inadimplência contratual;

**3.14.**O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA,** que conterá o detalhamento dos serviços executados;

**3.14.1.** O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA** com os serviços efetivamente prestados.

**3.15.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

**3.16** Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** realizará consulta on-line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA,** devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

**3.17.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**3.18.** A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**3.19.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

**3.20.** A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

**3.21.** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

**4. CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**4.1.** A **CONTRATADA** deverá apresentar à Administração da **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada pela **CONTRATANTE**, mediante a opção por uma das seguintes modalidades, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**4.2.** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**4.2.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

**4.2.2.** Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à **CONTRATADA**;

**4.2.3.** Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

**4.2.4.** Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**;

**4.2.5.** A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada no Banco do Brasil, mediante depósito caução ou transferência bancária, em conta específica, com correção monetária, em favor da **CONTRATANTE**, na conta e agência a seguir informada:

**AG: 3834-2 BANCO DO BRASIL**

**C/C : 1.042.456-3**

**IDENT.: SEMA/CAUÇÃO**

**4.2.6.** A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada e juntado ao contrato;

**4.2.7.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

**4.2.8.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 2% (dois por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia;

**4.2.9.** O bloqueio efetuado com base no item 4.2.13desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**;

**4.2.10.** A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item **4.2.13** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

**4.2.11.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à **CONTRATADA**;

**4.2.12.** O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador;

**4.2.13.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à **CONTRATADA** bem como as decisões finais de 1ª e última instância administrativa;

**4.2.14.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**;

**4.2.15.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais **03 (três) meses após o término da vigência contratual,** devendo ser renovada em caso de prorrogação contratual, conforme previsto na IN nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.

**4.2.16.** Será considerada extinta a garantia:

**4.2.16.1.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

**4.2.16.2.** Com a extinção do Contrato.

**4.2.17.** Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** e/ou à Instituição Garantidora, se for o caso, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

|  |
| --- |
| **Órgão/Unidade:** 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE |
| **Projeto Atividade:** 2121, 4319 |
| **Natureza de Despesa:** 3390 3900 |
| **Fonte de Recurso:** 395 |

**5.2.** As despesas decorrentes do objeto contratado, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da CONTRATANTE.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**6.1** O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993:

**6.1.1** Durante a vigência do contrato a **CONTRATADA** poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**6.1.2.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da **CONTRATADA** e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-IBGE;

**6.1.3.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos deverão, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil e jurídica pelo **CONTRATANTE**, da viabilidade do feito;

**6.1.4.** Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento;

**6.2** Do Reajuste

**6.2.1** Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

R = (I – Io) x P

 Io

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

**6.2.2.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**;

**6.2.3.** Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

**6.2.4** A **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

**6.3.** Do reequilíbrio econômico-financeiro;

**6.3.1.** Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**6.3.2**. Os preços contratados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, de acordo com pesquisa de preços realizada pelo **CONTRATANTE** nos moldes do art. 7º do Decreto Estadual nº 840/2017, mantendo-se pelo menos a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante na proposta ou, no caso de contratação direta, no contrato e aquele vigente no mercado à época da licitação ou contratação direta;

**6.3.3.**  Constatado pela **CONTRATANTE** que o preço contratado está superior à média dos preços de mercado, em pesquisa realizada nos moldes do art. 7º do Decreto Estadual nº 840/2017, solicitará formalmente à **CONTRATADA** a redução do preço de forma a adequá-lo ao praticado no mercado, observado o disposto no artigo anterior.

§ 1º  A modificação do preço contratado, realizada com base no *caput*deste artigo, será realizada por aditivo ao contrato.

§ 2º  Fracassada a negociação, a **CONTRATANTE** rescindirá o contrato e adotará as providências necessárias à continuidade do serviço ou fornecimento do bem.

**6.3.4.** Poderá ser alterado o produto objeto do contrato, a requerimento da Contratada, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, e seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, sem acréscimos financeiros.

**Parágrafo único.**  A substituição de produto, ainda que temporária, deverá ser registrada por aditivo.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**7.1. O objeto desta contratação versa sobre a contratação de empresa especializada para prestar serviços de locação de 80 (oitenta veículos) viaturas, com seguro e manutenção a cargo da CONTRATADA pelo período de 06 (seis) meses, a fim de atender às necessidades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo:**

|  |  |
| --- | --- |
| 40 (quarenta) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa de 40 (quarenta), no máximo **20 (vinte) dias úteis (a contar da emissão da ordem de serviço). .**  |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 60 (sessenta), no máximo **40 (quarenta) dias úteis (a contar da emissão da ordem de serviço).** |
| 20 (vinte) veículos  | Deverão ser entregues e disponibilizados, no mínimo a quantidade expressa, totalizando 80 (sessenta) em no máximo **60 (sessenta) dias úteis (a contar da emissão da ordem de serviço).** |

**7.1.1.** Contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (será emitida apenas uma ordem de serviço, a qual será seguido o cronograma de entrega acima), sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos. No entanto, caso a **CONTRATADA**, dispuser de quantidade total de 80 (oitenta) veículos ou quantidade superior, além do mínimo, em cada etapa do cronograma, poderá a **CONTRATADA** entregar esses produtos, com igual condições contratuais.

**7.1**.**1.1. DO PRAZO E HORÁRIOS**:

**7.1**.**1.1**.**1**. Os serviços deverão ser iniciados em até **20 (vinte) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Serviço, obedecendo o cronograma de entrega, discriminado no item 7.1, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos, bem como, neste contrato;

**7.1.1.1.2.** Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao fiscal do contrato, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas;

**7.1.1.1.3.** Os veículos deverão ser entregues de **segunda a sextas-feiras**, tendo, por regra, o horário das **08h:00 às 12h:00 horas e das 14h:00 às 17h:00 horas**. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento da **CONTRATANTE**, que será estipulado na Ordem de Serviço.

**7.2. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

**7.2.1**. Os veículos disponibilizados para locação deverão atender às especificações contidas no item 2.1 deste contrato, bem como, item 08 do Termo de Referência anexo ao Edital, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN/MT;

**7.2.2**. Os veículos, obrigatoriamente deverão ser nas cores **branco ou prata,** todos com película automotiva (insulfilm) nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, e ainda corresponder às especificações contidas neste contrato , Edital e seus anexos;

**7.2.3**. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os veículos  devidamente adesivados de acordo com o Manual de Identidade Visual e Aplicação da Marca do Governo do Estado de Mato Grosso, o qual encontra-se disponível no site do Governo do Estado de Mato Grosso no link: http://www3.mt.gov.br/sala-de-imprensa/manual-da-marca/), no ato da entrega provisória;

**7.2.4.** É de responsabilidade da **CONTRATANTE**, encaminhar a **CONTRATADA** os layouts dos adesivos **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após assinatura do Contrato**;

**7.2.5.** Os veículos obrigatoriamente deverão ser emplacados/licenciados no Estado de Mato Grosso;

**7.2.6.** Os veículos serão utilizados no regime de quilometragem livre;

**7.2.7.** A **CONTRATADA** deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela **CONTRATADA** e disponibilização de um contato telefônico na modalidade de plantão, com fins de implementar a celeridade dos atendimentos das manutenções que ocorrerem durante os atendimentos das ocorrências na Temporada de Incêndios Florestais 2021, no Estado de Mato Grosso ;

**7.2.8**. Os veículos deverão ser disponibilizados em Cuiabá e/ou Várzea Grande, conforme o que for solicitado na Ordem de Serviço;

**7.2.9**. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela **CONTRATADA**, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução;

**7.2.10**. Os veículos de sua propriedade que não se apresente em perfeitas condições de utilização deverão ser substituídos, imediatamente pela **CONTRATADA**, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;**

**7.2.11.** Substituir veículos, durante o período de contratação, que não se apresente em perfeitas condições de utilização ou quando atingir 120.000 (cento e vinte) mil quilômetros;

**7.2.12.** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;

**7.2.13**. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo;

**7.2.14**. Após cada manutenção preventiva e corretiva, a **CONTRATADA** deverá efetuar a lavagem completa do veículo;

**7.2.15.** A Manutenção dos veículos locados deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 horas, devendo ser justificado tecnicamente qualquer extrapolação do prazo acima estipulado;

**7.2.16.** A **CONTRATADA** deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção;

**7.2.17**. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 1,6 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela T.W.I. (Tread Wear Indicators - Indicador de Desgaste da Superfície de Rolamento);

**7.2.18**. As manutenções preventivas, corretivas, e eventuais trocas de pneus, deverão ser realizadas no município que a **CONTRATANTE** estiver utilizando o veículo, ou no município mais próximo, quando aquele não possuir  oficinas mecânicas ou concessionárias para realização do serviço;

**7.2.19.**  A **CONTRATANTE** informará a necessidade de manutenção via telefone ou e-mail a **CONTRATADA**, para que a mesma emita Ordem de Serviço com as devidas autorizações, para o encaminhamento do veículo até a empresa/oficina mecânica direcionada pela **CONTRATADA**, com fins de realização de manutenção preventiva/corretiva e eventuais trocas de pneus, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do contato, contratante/contratado;

**7.2.20.** A **CONTRATADA** deverá substituir, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razão de sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança;

**7.2.21.** As substituições deverão ocorrer nas dependências da **CONTRATANTE**, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da **CONTRATADA**;

**7.2.22.** Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, no prazo previsto, fica resguardado a **CONTRATANTE** o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas no contrato;

**7.2.23.** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviço de guincho para os veículos objeto deste contrato, quando estes estiverem impossibilitados de locomoção (24 horas por dia);

**7.2.24**. À **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de veículos considerados inadequados pelo Fiscal do contrato;

**7.2.25.** No término da vigência do Contrato, os veículos deverão ser devolvidos à **CONTRATADA**, após realização de inspeção pela **CONTRATADA** obrigatoriamente acompanhada por representante da **CONTRATANTE**. Caso sejam constatadas avarias por mau uso negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela **CONTRATANTE**, será elaborado relatório técnico com apresentação pela **CONTRATADA** de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela **CONTRATANTE**, se deferido;

**7.2.26.** Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo, como por exemplo: desgaste de freios e embreagem, substituição de velas, filtros e lubrificantes, sistema de suspensão (amortecedores, molas, caixa de direção), balanceamento e alinhamento, componentes elétricos e arranhões na pintura.

**7.2.27. DO MONITORAMENTO DOS VEÍCULOS**

**7.2.27.1**. Visando à necessidade de proporcionar segurança através do monitoramento on-line, aos motoristas e passageiros que utilizam os veículos e ainda reduzir os custos de utilização dos veículos através de levantamentos imediatos proporcionados pelo sistema de B.I., integrado ao sistema de monitoramento, verificando também o cumprimento das normas de utilização dos veículos determinadas pela **CONTRATANTE**, se faz imprescindível que todos os veículos quando disponibilizados pela **CONTRATADA**, estejam equipados com Serviço de monitoramento por GPS/GSM/GPRS e gestão por Sistema de B.I. (BUSINESS INTELIGENCE);

**7.2.27.2**. O fornecimento/instalação e manutenção do referido sistema é de total responsabilidade da **CONTRATADA**;

**7.2.27.3**. A **CONTRATANTE** deverá dispor de treinamento dos agentes gestores/fiscais de cada contrato, que irão operar o sistema, bem como para servidor indicado pela Superintendência de Fiscalização da **CONTRATANTE**;

**7.2.27.4.** A **CONTRATANTE** deverá disponibilizar condições, espaço e equipamentos de TI (tecnologia da informação), para a instalação dos sistemas de monitoramento de seus veículos contratados em locais determinados pela **CONTRATANTE**;

**7.2.27.5**. Todo o serviço de monitoramento deverá ser disponibilizado através de mapas digitais e o acesso ao sistema deverá ser protegido por senhas com níveis de serviços;

**7.2.27.6.** O monitoramento será realizado 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

**7.2.27.7**. Os equipamentos de rastreamento a serem utilizados na prestação dos serviços, deverão estar com a certificação da ANATEL válida;

**7.2.27.8**. O equipamento deverá apresentar as seguintes características mínimas:

 a) Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;

 b) Tecnologia de Localização GPS;

 c) Antena GSM e GPS Interna;

 d) Tensão de Alimentação 9V a 32V;

 e) Temperatura de Operação -20ºC até +80ºC

 f) Mínimo de três Entradas Digitais (sensor de ignição, sensor de porta e botão de pânico);

 g) Mínimo de duas Saídas Digitais (atuador de bloqueio e atuador de sirene);

 h) Transmissão GPRS com garantia de segurança dos dados;

 i) Sensor de velocidade e hodômetro;

 j) Bateria backup interna;

 k) Armazenamento em memória local mínima de 2.000 posições ou superior, possibilitando a reconstituição dos trajetos percorridos, inclusive nos locais onde houver perda do sinal do celular.

**7.2.27.9**. Além da disponibilização e instalação dos equipamentos embarcados, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar via web (internet) um software de Monitoramento que atenda a todos os requisitos técnicos descritos abaixo e aos demais requisitos deste contrato:

 a) Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;

 b) Cadastramento por grupos de veículos;

 c) Servidor de mapas com comprovação através de contrato com provedor deste tipo de serviço;

 d) Mapa digital de todo o território nacional, principalmente do Estado de Mato Grosso e da região metropolitana de Cuiabá, com arruamento, sentido de trânsito, rodovias e a informação de tráfego de veículos, on-line;

 e) Posição (localização em mapa digital) em tempo real dos veículos;

 f) Situação da ignição dos veículos (ligada / desligada);

 g) Informação em tempo real da violação de pontos ou rota estabelecida para análise de atraso / adiantamento /descumprimento;

 h) Deve ser permitida a construção de áreas geograficamente delimitadas no mapa digital (conhecidas como geocercas ou alvos) para alarmes de entrada e saída;

 i) Definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;

 j) Deve ser permitida a criação de pontos de referência personalizados no mapa digital;

 k) O mapa deve apresentar setas de direcionamento do sentido para onde o veículo está se deslocando;

 l) O sistema deve listar quais são os veículos próximos a um endereço determinado;

 m) Distância percorrida por faixa de horário por veículo;

 n) Utilização dentro e fora do expediente por veículo;

 o) Ociosidade do veículo;

 p) Horários de utilização do veículo dentro e fora do expediente.

**7.2.27.10**. O Sistema de B.I. (Business Intelligence), deverá ser totalmente web, permitindo o acesso do **CONTRATANTE** a todas as informações necessárias à gestão dos veículos locados;

**7.2.27.11.** A **CONTRATADA** deverá em situações de substituições de veículos, por terem atingido tempo e/ou quilometragem, e/ou nos casos de devolução por término da vigência contratual entregar a **CONTRATANTE**, backup contendo todas as informações do monitoramento, no período em que o veículo foi utilizado pela Administração Pública.

**7.2.27.12.**  **DAS PENALIDADES DE TRÂNSITO:**

**7.2.27.12.1.** Em conformidade ao Decreto Estadual nº. 2.067 de 11.08.2009, o Estado de Mato Grosso, através de seus Órgãos/Entidades, deverá proceder ao que condizem as penalidades da seguinte forma:

**7.2.27.12.1.1.** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a infração e a penalidade de trânsito a **CONTRATANTE**, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos** após a data de recebimento, juntamente com cópia do AR (aviso de recebimento) sob pena de responsabilizar-se solidariamente caso o condutor seja cerceado de seu direito de defesa. (Resolução CONTRAN n° 404 de 12 de 2012);

**7.2.27.12.1.2**. Decorrido os prazos de defesa, autuação de infração de trânsito (1ª instância) e autuação de penalidade de infração de trânsito (2ª instância), em caso de indeferimento de recurso ou de não interposição de recurso, a **CONTRATADA** deverá pagar a multa e solicitar reembolso junto a **CONTRATANTE**, via nota de débito junto com o comprovante de pagamento;

**7.2.27.12.1.3**. Quando do recebimento da notificação de infração, a **CONTRATADA** deverá identificar de imediato o condutor, ou, informar o porquê de sua não identificação, caso a infração seja de responsabilidade do Estado;

**7.2.27.12.1.4**. Se o condutor julgar necessário poderá entrar com recurso de multa de trânsito junto ao órgão competente, sendo de sua inteira responsabilidade a elaboração e defesa do recurso;

**7.2.27.12.1.5**. Os recursos de multas de trânsito deverão ser acompanhados pelo setor responsável pela utilização dos veículos, que deverá informar ao setor a que o servidor esteja lotado sobre o resultado do julgamento;

**7.2.27.12.1.6**. Os valores apurados em decorrência de multas e avarias serão debitados em folha de pagamento, respeitadas as condições previstas na legislação vigente, desde que previamente autorizados pelo servidor ou após julgamento do competente processo administrativo;

**7.2.27.12.1.7**. Poderão os condutores dos veículos, sofrer medidas administrativas e disciplinares, de acordo com a gravidade da multa, de seus atos na condução do veículo oficial e do veículo auxiliar e suas sucessivas reincidências, onde serão consideradas as condições operacionais e circunstanciais que resultaram na incorreta condução do veículo;

**7.2.27.12.1.8**. Se a infração for de responsabilidade da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá informar à mesma de imediato porque motivo o condutor não foi identificado, bem como, porque o Estado não assumiu a responsabilidade pela multa, devolvendo a notificação à **CONTRATADA**;

**7.2.27.12.1.9**. A **CONTRATANTE** deverá providenciar o ressarcimento a **CONTRATADA** dos valores pagos pelas infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do contrato, não se admitindo a postergação do pagamento das mesmas, podendo o gestor do Órgão ser responsabilizado pela demora em instaurar os procedimentos apuratórios que deverão ser sumários, obedecendo aos prazos processuais.

**7.3.** A execução do contrato será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal do contratoda **CONTRATANTE**, com atribuições específicas;

**7.4.** **Endereço da entrega: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT - Gerência de Transportes - GTRAN;**

**7.5**. Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até **05** **(cinco) dias úteis** para a correção e será feito novo recebimento provisório, conforme modelo constante no **Anexo I** deste Contrato;

**7.6.**  Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até **10 (dez) dias**, conforme modelo constante no **Anexo II** deste Contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**8.1.**O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um ou mais representantes da **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei 8.666/93 e do Art. 6° do Decreto n°2.271 de 1997;

**8.2.** Será designado, pelo **COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO DO FOGO-CEGF**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA**;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

**9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1**. Assinar o contrato no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

**9.2.** Entregar os veículos de acordo com o cronograma de entrega, discriminado no **item 7.1**, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos, bem como, neste contrato;

**9.3.** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios;

**9.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**9.5.** Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

**9.6.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

**9.7.** Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com a necessidade da **CONTRATANTE**;

**9.8.** Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à **CONTRATADA** otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da **CONTRATANTE**;

**9.9.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**9.10.** Executar os serviços contratados, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas neste **contrato**, **Edital e Termo de Referência**;

**9.11.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**9.12.** Indenizar terceiros e/ou a **CONTRATANTE**, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a **CONTRATADA** adotar as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**9.13.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da **CONTRATANTE**;

**9.14.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

**9.15.** Comunicar imediatamente a **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

**9.16.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros;

**9.17.** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**9.18.** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;

**9.19.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato, conforme especificações constantes neste contrato;

**9.20.** Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

**9.21.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da **CONTRATANTE** em seu acompanhamento;

**9.22.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

**9.23.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;

**9.24.** Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010;

**9.25**. Disponibilizar os veículos nos prazos elencados no item 7.1 deste contrato, devendo, no mesmo prazo, apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos (que deverão estar em nome da pessoa jurídica contratada), os quais deverão previamente ser avaliados e aceitos pela **CONTRATANTE**, bem como apólice de seguro total de cada um dos veículos;

**9.25.1.** Em caso de troca de qualquer veículo, a **CONTRATADA** deverá atualizar os dados junto ao fiscal do Contrato da **CONTRATANTE**.

**9.26.** Os veículos deverão ser entregues com seguro total vigente contra roubo, furto, incêndio, colisão e perda total, ou qualquer avaria destas decorrentes, inclusive vidros, pneus, rodas, calotas, farol e farol de neblina, com cobertura para danos materiais e pessoais causados a terceiros e danos corporais aos ocupantes do veículo, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pelo pagamento integral da franquia, se houver;

**9.26.1.** A apólice de seguro de veículo contra sinistros, deverá contemplar no caso de APP/Morte ou Invalidez o valor mínimo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;

**9.26.2**. Caso o dano ocorrido ao veículo, passageiros ou a terceiros ultrapasse o valor coberto pelo seguro, a **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos;

**9.26.3**. Em caso de sinistro, as despesas com reparos que não atinjam o valor da franquia da apólice de seguro ficarão a cargo da **CONTRATADA**.

**9.27.** Manter regularizada a documentação do veículo, validade de equipamentos obrigatórios (ex. validade carga/extintor de incêndio);

**9.28.** Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da **CONTRATANTE,** com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza ou aferição de hodômetro;

**9.29.** Relacionar os veículos disponíveis contendo modelo, ano, placa e o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam dos veículos alocados, atualizando esses dados em caso de substituição;

**9.30.** Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas à manutenção, impostos, taxas, licenciamentos, seguro obrigatório (DPVAT), seguro total e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;

**9.31.** Emitir autorização devidamente assinada pelos responsáveis legais da **CONTRATADA**, para instalação nos veículos locados de sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por TRR (Transportador, Revendedor e Retalhista) e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado;

**9.31.1.** Esta exigência deverá ser observada também para os veículos reservas.

**9.32. A CONTRATADA, que não tiver sede (estrutura) no território do Estado de Mato Grosso, deverá providenciar garagem e instalações/escritório de representação com equipamentos e tecnologia suficiente que viabilize a entrega dos veículos contratados. O prazo máximo para efetuar as instalações será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato com a CONTRATANTE.**

**9.32.1** A estrutura deverá ser comprovada através de:

a) Escritura do imóvel ou contrato de aluguel;

b) Fotografia do Local das instalações da empresa;

c) Alvará de Licença ou seu requerimento protocolado junto ao Órgão responsável;

**9.33.** A cada 10 (dez) veículos contratados, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar 1 (um) veículo de mesma especificação, como reserva, para atender qualquer eventualidade pertinente à prestação de serviços;

**9.34.** A **CONTRATADA** deverá dispor-se a receber em horário de expediente o veículo locado, bem como dispor de unidade para suprir a anteriormente devolvidas quando solicitada pela Administração Pública, sem ônus adicional;

**9.35.** É expressamente vedado à **CONTRATADA**, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE**, ativo ou aposentado há menos de **03 (três) anos**, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, durante a vigência do contrato;

**9.36.** Encaminhar obrigatoriamente, mensalmente, por meio eletrônico, no formato Excel, TXT e/ou Access, separado por a órgão/entidade, relatório contendo todas as informações referentes aos serviços prestados a **CONTRATANTE**, conforme definições estabelecidas pela mesma;

**9.37.** Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002, e Decretos Estaduais nº 840/2017 e 2.067/2009;

**9.38.** A inobservância das regras previstas neste contrato acarreta descumprimento contratual absoluto, implicando a possibilidade de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

**10.2.** Pagar a importância correspondente aos serviços no prazo contratado;

**10.3.** Não efetuar pagamento à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**10.4**. Comunicar por escrito e tempestivamente a **CONTRATADA** qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;

**10.5.** Designar, servidor Fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

**10.6**. Fornecer a **CONTRATADA** todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;

**10.7.** Notificar a **CONTRATADA** de qualquer alteração ou irregularidade encontrada na execução do contrato;

**10.8.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato e em edital;

**10.9**. Receber o veículo verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo;

**10.10**. Devolver o veículo com a mesma quantidade de combustível recebida na retirada, sendo que o tipo de combustível será escolhido de acordo com a conveniência da **CONTRATANTE**;

**10.11.** Avisar formalmente a **CONTRATADA** das devoluções, **no prazo de 30 (trinta) dias úteis antes da eventual devolução do (s) veículo (s);**

**10.12**. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência do Órgão, envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo;

**10.13**. Recolher os veículos, após a jornada de trabalho nas instalações da **CONTRATANTE**, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizadas, conforme especificado no Art. 11 e seus parágrafos do Decreto Estadual nº. 2.067/2009;

**10.14**. Permitir a condução dos veículos somente por servidores oficialmente autorizados;

**10.15**. Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;

**10.16**. Não sublocar/ceder os veículos objeto deste contrato;

**10.17.** Registrar a utilização, controle e gestão dos veículos, conforme os formulários anexos ao Decreto Estadual nº. 2.067/2009;

**10.18**. Incluir o número de chassi e/ou placa do objeto a ser locado, na Nota Fiscal, sempre que existir, para efeitos de controle interno;

**10.19.** Fornecer a **CONTRATADA** até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a quilometragem mensal de cada veículo fornecido/contratado, através de e-mail ou encaminhado de ofício na sede/filial da empresa em Cuiabá/Várzea Grande;

**10.20.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

**10.21.** Instalar nos veículos locados sistema informatizado que auxiliará na gestão dos serviços de abastecimento de combustíveis por TRR (Transportador, Revendedor e Retalhista) e postos credenciados, com a utilização de cartão magnético ou micro processado, inclusive com checagem de cota disponível para o veículo/órgão no momento do abastecimento, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário;

**10.22.** Em eventuais substituições de veículos por veículos reservas, fica a cargo da **CONTRATANTE** a retirada e/ou bloqueio do sistema informatizado, sob pena de responsabilidade;

**10.23**. A **CONTRATANTE** somente se responsabilizará pela execução dos seguintes serviços:

**10.23.1**. Reparo de pneus (furos e válvulas);

**10.23.2.** Lavagem Simples;

**10.23.3**. Abastecimento de combustíveis;

**10.23.4**. Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com autorização da **CONTRATADA**, nos equipamentos/acessórios instalados pela **CONTRATANTE**, de que trata os constantes deste contrato.

**10.24.** Quando ocorrer avarias e sinistros, o Estado obriga-se a:

**10.24.1.** Em caso de sinistro, notificar a **CONTRATADA** imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, Fotos e Laudo Pericial;

**10.24.2**. O Laudo Pericial deve ser solicitado pela **CONTRATANTE** no local do acidente;

**10.24.3**. Quando os sinistros envolverem terceiros, o Boletim de Ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos.

**10.25.** Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com no mínimo os seguintes documentos:

a) Boletim de Ocorrência;

b) Fotos;

c) Laudo Pericial;

d) Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os equipamentos e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado);

e) Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças, e;

f) Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.

**10.26.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste termo;

**10.27.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

**10.28.** Notificar a **CONTRATADA**, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do especificado neste Contrato;

**10.29.** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

**11.1.** A vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura do contrato.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n° 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

**12.2.** Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência à outra parte;

**12.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito a prévia e ampla defesa;

**12.4.** A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES**

**13.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do **Edital de** **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_/2021/SEMA/MT**, bem como, deste contrato, sujeita a **CONTRATADA** às multas, consoante os arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, combinada com o art. 7º da Lei 10.520/2002, a saber:

**13.1.1** Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;

**13.1.2**. Multas conforme graduação prevista no **item 13.2**;

**13.1.3**. Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a **CONTRATADA** e descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, entre outros comportamentos e em especial quando:

a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;

b) Não mantiver a proposta;

c) Falhar gravemente na execução do contrato;

d) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

e) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Cometer fraude fiscal;

h) Fizer declaração falsa;

i) Fraudar na execução do contrato.

**13.1.3.1**. O retardamento da execução previsto na alínea “a”, estará configurado quando a **CONTRATADA**:

**13.1.3.1.1** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato em **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados da sua assinatura;

**13.1.3.1.2** Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por **02 (dois) dias seguidos ou por 06 (seis) dias intercalados.**

**13.1.3.2**. A falha na execução do contrato prevista na alínea “c” estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na **tabela 2;**

**13.1.3.3**. O comportamento previsto na alínea “f” estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

**13.1.4**. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**13.2**. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| **1** | **R$ 300,00** |
| **2** | **R$ 500,00** |
| **3** | **R$ 700,00** |
| **4** | **R$ 900,00** |
| **5** | **R$ 2.000,00** |
| **6** | **R$ 5.000,00** |

**Tabela 2**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Grau** | **Incidência** |
| 1 | Manter veículo fora das especificações contratuais. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 2 | Manter veículo sem a devida manutenção preventiva ou corretiva para a execução dos serviços. | 1 | Por veículo epor ocorrência |
| 3 | Atrasar o início, suspender ou interromper , salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais | 6 | Por veículo e por dia |
| 4 | Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato. | 4 | Por ocorrência |
| 5 | Manter veículos que atingirem mais de 120000 (cento e vinte) mil quilômetro. | 4 | Por veículo e por dia |
| 6 | Recusar-se a executar serviço determinado pelo FISCAL DO CONTRATO, sem motivo justificado. | 5 | Por ocorrência |
| 7 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. | 6 | Por ocorrência |

**Para os itens a seguir, deixar de:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 8 | Manter a documentação de habilitação atualizada. | 1 | Por item e por ocorrência |
| 9 | Manter regularizada a documentação do veículo, e disponibilizar a correspondente documentação comprobatória. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 10 | Efetuar as recargas dos extintores de incêndio quando necessário, e manter dentro do prazo de validade. | 4 | Por veículo epor ocorrência. |
| 11 | Disponibilizar os veículos quando solicitado pelo fiscal do contrato, nas quantidades contratualmente estabelecidas. | 4 | Por veículo e por dia. |
| 12 | Disponibilizar os veículos com seguro, conforme contrato ou não apresentar comprovação de apólice de seguro para efeitos de ressarcimento em caso de avarias nos veículos ou indenizações. | 4 | Por veículo e por dia. |
| 13 | Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo Fiscal do Contrato. | 1 | Por ocorrência e por hora |
| 14 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do Fiscal do Contrato. | 2 | Por ocorrência |
| 15 | Substituir , no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas,** os veículos que estejam indisponíveis, sejam em razãode sinistros, reparos mecânicos, má conservação ou más condições de segurança. | 4 | Por ocorrência. |
| 16 | Manter garagem e instalações/escritório, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato. | 1 | Por ocorrência e por dia |

**Para o item a seguir, apresentar de:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 17 | Condutas não previstas nos itens da tabela 2, mas que reflitam descumprimento contratual. | 5 | Por ocorrência e por dia |

**13.3**. Caso a **CONTRATADA** apresente as condutas previstas na **Tabela 2**, reiteradas vezes, poderá ser aplicada a sanção de multa até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item **13.1.3** conforme discricionariedade da **CONTRATANTE**;

**13.3.1**. Nos casos de aplicação de sanção de multa prevista no item anterior, será deduzido do valor da mesma, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item **13.2** Tabela 1, para que a **CONTRATADA** não seja penalizada em duplicidade.

**13.4.** A multa eventualmente imposta à **CONTRATADA**  será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

**13.5**. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber da **CONTRATANTE**, ou os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido **o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento de sua intimação, para efetuar o pagamento ou complementação da multa;**

**13.6**. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda **CONTRATANTE** proceder à cobrança judicial da multa;

**13.7.** As multas previstas nesta Seção não eximem a **CONTRATADA**  da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

**13.8**. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

**13.9**. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.10.** Quanto ao atraso na assinatura do CONTRATO, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

**a)** atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

**b)** a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

**13.11.** Se a **CONTRATADA** recusar-se a assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço/Fornecimento, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

**a)** Multa de até 10% sobre o valor contratado;

**b)** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**13.12**. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

**13.13** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

**13.13.1**. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços previstos no Edital e neste contrato;

**13.13.2.** Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de serviço;

**13.13.3** Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

**13.13.4** Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

**13.13.5** Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

**13.13.6** Prestação de serviço de baixa qualidade;

**13.14.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item **13.11.**

**13.15**. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis, e as multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao órgão.

**13.16**. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Estadual nº 7.692, de 2002.

1. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**

**14.1.** A **CONTRATADA**, por seu representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei:

**14.1.2.** Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente Contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome;

**14.1.3.** Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis;

**14.1.4.** Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção;

**14.1.5.** A **CONTRATADA,** por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que o Contratante ou seu cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração;

**14.1.6.** Declara neste ato que:

(a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;

(b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente Contrato, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**15.1.** No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ASSINATURAS**

**16.1.**  Conforme disposto no Art. 1º da PORTARIA Nº 600/2020/SEMA/MT, publicada em 04/09/2020, no diário oficial do Estado de Mato Grosso o presente instrumento poderá, preferencialmente, ser assinado digitalmente, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura;

**16.1.1.** Ao optar pela assinatura digital, a CONTRATADA deverá assinar digitalmente o contrato, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do envio do documento por correio eletrônico à **CONTRATADA**.

**16.2.** A sua autenticidade poderá ser atestada a qualquer tempo, seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização;

**16.3** Caso seja inviável a assinatura eletrônica, o documento poderá ser produzido em papel, assinado de próprio punho pela **CONTRATADA** e encaminhado, em meio físico, em duas vias a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA/MT **no prazo de 10 (dez) dias úteis,** contados do recebimento da convocação formal.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

**17.1.1.** As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

**17.2.** A **CONTRATADA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer informações que venham a ser fornecidas pela **CONTRATANTE**, devendo ser tratadas como informações confidenciais, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **CONTRATANTE.**

**17.2.1.** A **CONTRATADA** se obriga, ainda, a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das informações da **CONTRATANTE.**

**17.3.** A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**17.3.1** A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

**17.3.2**. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

**17.4.** Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial o objeto deste contrato;

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei federal 8.666/93, na Lei nº. 10.520/2002 e demais normas federais e estaduais, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na lei nº. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e Contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Alex Sandro Antônio Marega**

Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Representante da Contratada

**TESTEMUNHAS:**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO I**

**MODELO – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** |
| **Contrato**: \_\_\_/2021 | **N° da OF/OS:** |
| **Objeto**:  |
| **Contratante:** SEMA-MT |
| **Contratada:**  |

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no artigo 73, inciso I, alínea “a” da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e da subclausula \_\_\_\_ do contrato em tela, que os serviços/bens relacionados na O.F. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à conformidade de qualidade. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá em até **\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias**, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

|  |
| --- |
| **DE ACORDO** |
| **CONTRATANTE:****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Fiscal do Contrato**  | **CONTRATADA:****\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** **Preposto** |
| **Nome:** **Matrícula:**  | **Nome:** **Qualificação:**  |

**Cuiabá-MT, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.**

**ANEXO II**

**MODELO – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO** |
| **Contrato**: \_\_\_\_\_/2021 | **N° da OF/OS** |
| **Objeto**:  |
| **Contratante:** SEMA-MT |
| **Contratada:**  |

Por este instrumento, os servidores abaixo identificados, para fins de cumprimento do disposto na artigo 73, inciso I, alínea “b” da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e do subclausula \_\_\_\_\_ do contrato em tela, atestam que o(s) serviço(s) ou bem(ns) integrantes da Ordem de Fornecimento acima identificada possui(em) qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência do contrato supracitado.

|  |  |
| --- | --- |
| **FISCAL DO CONTRATO** | **SETOR DEMANDANTE** |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nome:** **Matrícula:** | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nome:** **Matrícula:** |

**Cuiabá-MT, \_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.**

**MINUTA**

**PORTARIA Nº \_\_\_\_\_/2021/SEMA/MT**

**Designa Servidores para atuarem como fiscais do Contrato nº \_\_\_\_\_\_/2021.**

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual e do art. 3º, da Lei Complementar nº 612, de 28 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Estadual;

Considerando as competências atribuídas ao Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente, através da Portaria nº 73/2019, publicada no D. O. E de 29/01/2019.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores indicados no Anexo Único da presente Portaria para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem respectivamente os cargos de fiscal titular e fiscal substituto do contrato nº \_\_\_\_\_/2021, conforme os termos da Portaria nº 175, publicada no Diário Oficial de 04/03/2016.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos retroativos a data do início da vigência contratual.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cuiabá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021.

 **Alex Sandro Antônio Marega**

Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente

**Anexo Único**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nº Contrato/ Instrumento** | **Contratada** | **Data da Assinatura** | **Servidores Designados** |
| \_\_\_\_\_/2021 | -- | \_\_\_\_/\_\_\_/2021 | Fiscal Titular: Fiscal Substituto:  |